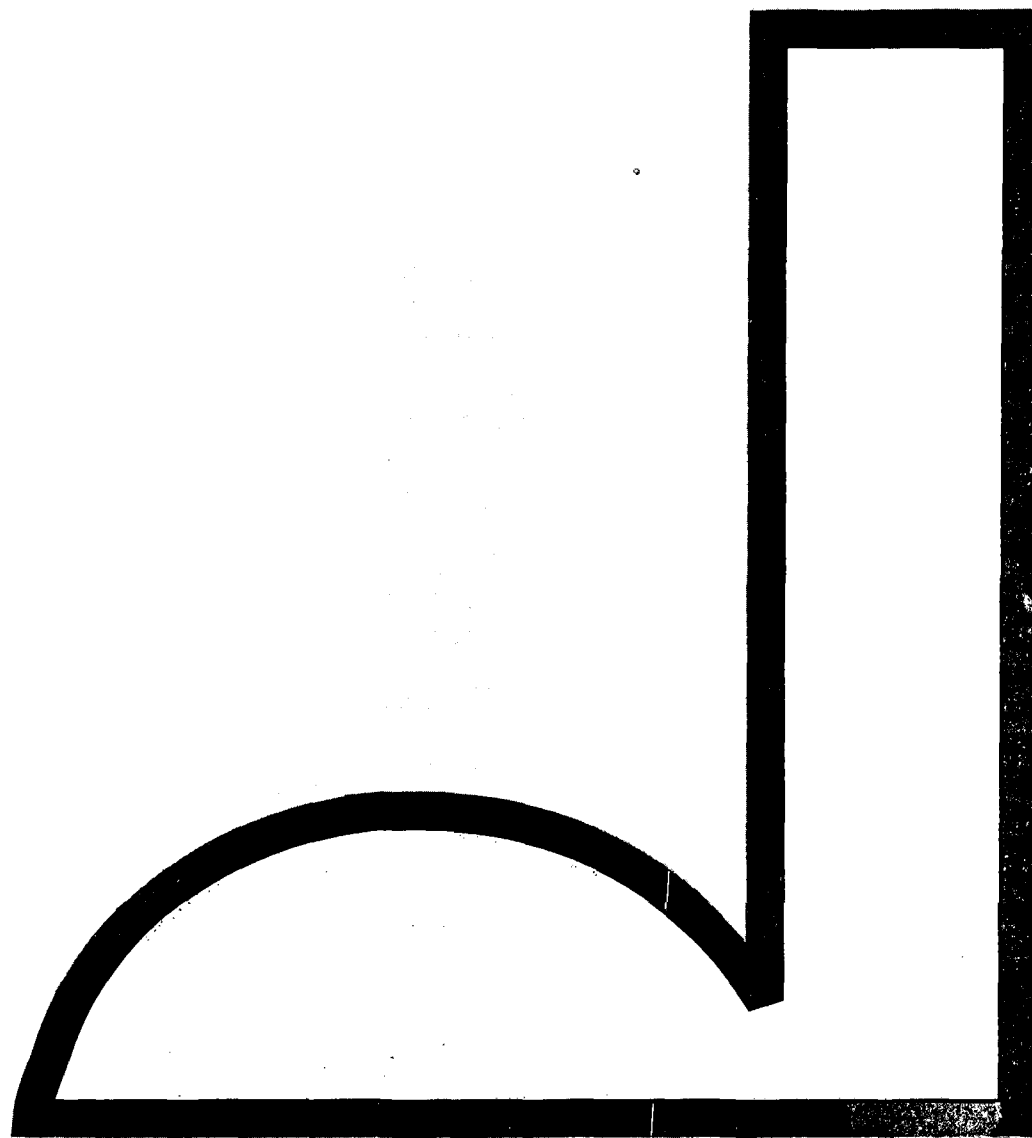


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

EXEMPLAR ÚNICO

ANO LIII - Nº 135 QUARTA-FEIRA, 28 DE OUTUBRO DE 1998 BRASÍLIA-DF

MESA

<p style="text-align: center;">Presidente Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA</p> <p style="text-align: center;">1º Vice-Presidente Geraldo Melo – PSDB – RN</p> <p style="text-align: center;">2º Vice-Presidente Júnia Marise – Bloco – MG</p> <p style="text-align: center;">1º Secretário Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB</p> <p style="text-align: center;">2º Secretário Carlos Patrocínio – PFL – TO</p>	<p style="text-align: center;">3º Secretário Flaviano Melo – PMDB – AC</p> <p style="text-align: center;">4º Secretário Lucídio Portella – PPB – PI</p> <p style="text-align: center;">Suplentes de Secretário 1ª Emilia Fernandes – Bloco – RS 2ª Lúdio Coelho – PSDB – MS 3ª Joel de Hollanda – PFL – PE 4ª Marluce Pinto – PMDB – RR</p>
<p style="text-align: center;">CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor(1) Romeu Tuma – PFL – SP Corregedores Substitutos(1) Ramez Tebet – PMDB – MS Joel de Hollanda – PFL – PE Lúcio Alcântara – PSDB – CE</p>	<p style="text-align: center;">PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores(2) Nabor Júnior – PMDB – AC Djalma Bessa – PFL – BA Emilia Fernandes – Bloco – RS José Ignácio Ferreira – PSDB – ES Lauro Campos – Bloco – DF</p>

LIDERANÇAS

<p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p style="text-align: center;">Líder Elcio Alvares – PFL – ES</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes José Roberto Arruda – PSDB – DF Vilson Kleinübing – PFL – SC Ramez Tebet – PMDB – MS Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PFL</p> <p style="text-align: center;">Líder Hugo Napoleão</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Gilberto Miranda Romero Jucá Romeu Tuma Júlio Campos(3)</p>	<p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PMDB</p> <p style="text-align: center;">Líder Jader Barbalho</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Fernando Bezerra Gilvan Borges</p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO</p> <p style="text-align: center;">Líder Eduardo Suplicy</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Sebastião Rocha Antonio Carlos Valadares Roberto Freire José Eduardo Dutra</p>	<p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PSDB</p> <p style="text-align: center;">Líder Sergio Machado</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Osmar Dias Jefferson Péres José Ignácio Ferreira</p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PPB</p> <p style="text-align: center;">Líder Epitácio Cafeteira</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Leomar Quintanilha Esperidião Amin</p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PTB</p> <p style="text-align: center;">Líder Odacir Soares</p>
---	--	---

Atualizada em 24-6-98

(1) Reeleitos em 2-4-97

(2) Designação: 16 e 23-11-95

(3) Licenças nos termos do art. 56, II, § 1º, da Constituição Federal

EXPEDIENTE

<p style="text-align: center;">Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Claudianor Moura Nunes Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações Júlio Werner Pedrosa Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Márcia Maria Corrêa de Azevedo Diretora da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 104ª SESSÃO ESPECIAL, EM 27 DE OUTUBRO DE 1998

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a reverenciar a memória do Senador Vilson Kleinübing, nos termos do Requerimento nº 512, de 1998, lido e aprovado nesta oportunidade.....

14585

1.2.1 – Oradores

Senador Esperidião Amin – Senador Jefferson Péres – Senador Romeu Tuma – Senador Ramez Tebet – Senador Eduardo Suplicy – Senador Casildo Maldaner – Senador Lúdio Coelho – Senador Júlio Campos – Senador Elcio Alves – Senador Bernardo Cabral – Senador Francelino Pereira – Senador Hugo Napoleão – Senador José Agripino – Senador Odacir Soares – Senador Ademir Andrade – Senador Sérgio Machado (art. 203 do Regimento Interno).

14585

1.2.2 – Indicação

Nº 2, de 1998, de autoria dos Senadores Bernardo Cabral e Júlio Campos, no sentido de denominar "Sala Senador Vilson Kleinübing" a sala de reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos. Aprovada.....

14600

1.2.3 – Fala da Presidência (Senador Antonio Carlos Magalhães)

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia designada..

14601

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 27-10-98

3 – PARECER

Nº 528, de 1998, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 236, de 1998 (nº 1.192/98, na origem), que encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 1998, concluindo pela apresentação do Projeto de Decreto Legislativo nº 95, de 1998 (A matéria constará da pauta da sessão de 28 de outubro do corrente, nos termos

do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno, quando poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão).

14603

4 – ATA DE COMISSÃO

11ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 27 de outubro de 1998.....

14615

5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 1.818, de 1998, referente à servidora Kátia Leite de Castro Merheb.....

14616

Nº 1.819, de 1998, referente à servidora Roselene Fontenele Reis.....

14616

Nº 1.820, de 1998, referente ao servidor André Ferreira da Silva.....

14617

Nº 1.821, de 1998, referente à servidora Mara Rúbia Araújo Oliveira.....

14618

Nº 1.822, de 1998, referente ao servidor Cecílio Medeiros de Sousa.....

14618

Nº 1.823, de 1998, referente à servidora Ana Cecília Gomes Mesquita de Barros.....

14619

Nº 1.824, de 1998, referente ao servidor Moacyr Soares.....

14620

Nº 1.825, de 1998, referente ao servidor Antônio Aurivaldo Arrais.....

14620

Nº 1.826, de 1998, referente ao servidor Caleb da Conceição Martins.....

14621

Nº 1.827, de 1998, referente ao servidor Severino Belo da Silva.....

14622

Nº 1.828, de 1998, referente ao servidor Cícero Viana da Silva.....

14622

Nº 1.829, de 1998, referente à servidora Maria Oldêmia Andrade Lobo Filha.....

14623

Nº 1.830, de 1998, referente à servidora Lênia Nogueira de Azevedo Maia Pacheco.....

14624

Nº 1.831, de 1998, referente à servidora Ednalva Honda Xavier.....

14624

Nº 1.832, de 1998, referente aos servidores Paulo Roberto Almeida Campos e Carlos Henrique Matos Cláudio.....

14625

Nº 1.833, de 1998, referente aos servidores Lênia Nogueira de A. M. Pacheco e Mário Hermes Stanziona Viggiano.....

14626

Nºs 1.834 e 1.835, de 1998, referentes aos servidores Raimundo Pontes Cunha Neto e Virgínia Inês Abadio Pompeu.....

14626

Nº 1.836, de 1998, referente ao servidor Milton Antonio da Silva.....

14628

Nº 1.837, de 1998, referente ao servidor Is-
mail de Souza Carvalho Neto..... 14629

Apostilas referentes às aposentadorias dos
servidores Paulo Roberto Vieira Xavier e Leoné-
sio Fernando Vieira Xavier..... 14630

6 - CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7 - COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 - COMISSÃO PARLAMENTAR CON- JUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 104ª Sessão Especial em 27 de outubro de 1998

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura

Presidência dos Srs.: Antonio Carlos Magalhães e Ronaldo Cunha Lima.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário *ad hoc*, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 512, DE 1998

Senhores Senadores,

Faleceu, no último dia 23 do corrente, no Hospital da Caridade, em Florianópolis, Estado de Santa Catarina, o nosso colega Vilson Kleinübing, empossado em 1º de fevereiro de 1995, para mandato de 8 anos.

No Senado, foi escolhido Vice-Líder do Governo, membro titular da Comissão de Assuntos Econômicos, de Serviços de Infra-Estrutura e suplente nas Comissões de Educação, de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Fiscalização e Controle. Sua atuação parlamentar, nas comissões técnicas, destacou-se na Comissão de Assuntos Econômicos, na defesa do equilíbrio das contas públicas, que foi a sua marca.

Nas suas passagens pelos cargos do Executivo que ocupou dizia: "Como prefeito e como governador nunca houve um dia em que eu tenha produzido *deficit*". E acrescentava: "Nunca tomei um centavo emprestado para o Governo". Sobre o endividamento público apresentou vários projetos à consideração deste Senado.

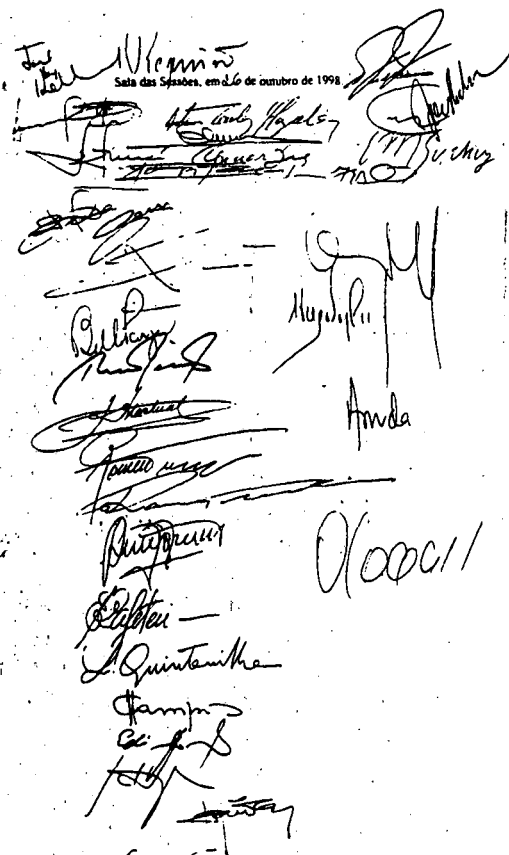
Tomando conhecimento do falecimento do nosso Colega, encontrava-me em São Paulo e de lá me dirigi a Florianópolis para levar, pessoalmente, à família e ao Estado de Santa Catarina, o pesar do Senado.

Daí por que requeremos, na forma regimental, as seguintes homenagens:

a) que a presente sessão seja dedicada a reverenciar a sua memória, nos termos do art. 26 do Regimento Interno;

b) apresentação de condolências à família, ao Estado de Santa Catarina e à Prefeitura de Blumenau; e

c) levantamento da Sessão.



(A presente sessão torna-se especial, cuja finalidade é reverenciar a memória do Senador Vilson Kleinübing.)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – O requerimento que acaba de ser lido depende de votação em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin como primeiro orador inscrito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PPB – SC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr.

Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este requerimento, subscrito por nós todos, apresentado pelo Presidente da Casa, Senador Antonio Carlos Magalhães, representa o que nós podemos oferecer ao Senado e à sociedade brasileira como uma síntese da participação do Senador Vilson Kleinübing nesta Casa e uma brevíssima referência à sua contribuição como homem público no meu Estado.

Vivi, neste final de semana, sexta e sábado, momentos de profunda dor junto com seus familiares e amigos. Compartilhamos essa dor com adversários políticos e percebemos que o grande vazio que o Senador Vilson Kleinübing nos deixa é motivo para que aprofundemos a reflexão acerca das grandes causas que nortearam a vida do nosso amigo.

Ao oferecer a minha assinatura, além de apoiar o requerimento apresentado pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, creio que neste exato instante em que o Brasil discute e vai tomar conhecimento das providências a serem adotadas pelo Governo destinadas a promover o equilíbrio das contas públicas, talvez o compromisso de tornar verdadeiras e definitivas essas providências, o seu debate e a sua implementação se constituam na homenagem mais conseqüente e mais útil que possamos fazer ao homem público Vilson Kleinübing.

Finalmente, Sr. Presidente, ao considerar amplamente justificado este requerimento, desejo dizer, na condição de amigo pessoal, de aliado político e de companheiro de trabalho de Vilson Kleinübing, que todos perdemos um grande e leal amigo; o Estado de Santa Catarina perdeu um representante extraordinário e o Brasil perdeu também um homem público da maior estirpe e com os melhores exemplos. E a melhor forma que todos temos na vida de valorizar um exemplo é enaltecê-lo, seguindo-o.

Sr. Presidente, gostaria de deixar consignadas estas palavras à guisa de justificativa do requerimento, cuja leitura V. Ex^a determinou.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sabe Deus com que pesar uso desta tribuna para prestar homenagem **post mortem** a um homem público da envergadura do Senador Vilson Kleinübing.

Tantas eram as afinidades que eu tinha com ele que todas as vezes que alguém, por curiosidade, perguntava-me quais, na minha opinião, eram os melhores Senadores desta Legislatura, eu, invari-

velmente, incluía Kleinübing na lista. Ele não era um orador dado a grandes arroubos de eloquência, não era um grande articulador político, mas era dotado de algo que é imprescindível a um homem público e que ele tinha de sobra – espírito público, entendendo-se como tal aquele que tem compromisso com o Poder Público, com o Estado, com a sociedade cujos interesses coloca acima de interesses grupais e individuais. Essa, como já foi dito aqui, era a marca registrada do Senador Vilson Kleinübing.

Às vezes, ele se tornava até repetitivo, como um paladino de lança em riste, a batalhar, incansavelmente, como um cavaleiro solitário em favor do Erário. No primeiro ano desta legislatura, ainda me lembro, a primeira vez que o vi na tribuna, ele fez um pronunciamento que me causou uma funda impressão:

Vilson perguntava dali, fazia a seguinte peroração: "Vejo no Senado e na Câmara dos Deputados a Bancada que defende grupos religiosos, a Bancada dos que defendem os produtores rurais, vejo as bancadas regionais, vejo os que defendem os interesses dos trabalhadores; só não vejo, Srs. Senadores – dizia ele, ainda me lembro como se fosse hoje – a bancada que defende o interesse público, que defende a viúva. A viúva é a grande desamparada, porque ela só tem defensores isolados, não tem bancadas".

O que se viu do Senador Vilson Kleinübing, ao longo desses quase quatro anos, foi exatamente a posição de um intrépido defensor do dinheiro público. Esse ânimo combativo nem a doença lhe tirou.

Há dois anos, eu me lembro, já acometido de câncer, ele assomou novamente a essa tribuna para defender o seu requerimento de criação da CPI dos Precatórios. Ele clamou muitas vezes – e afinal foi ouvido – contra aquela "cadeia da felicidade", que, se não tivesse sido contida, teria certamente deixado Estados e Municípios em situação muito pior do que a que atravessam hoje. Afinal, a CPI veio. Ele foi um dos seus combatentes da linha de frente. A CPI, nascida sob ceticismo geral, Sr. Presidente, foi uma das mais produtivas da história do Legislativo brasileiro.

Hoje, na Comissão de Assuntos Econômicos, alguém já disse que ele foi um profeta, porque, muitas vezes, talvez até correndo o risco de não ser compreendido, vaticinou que o endividamento público era uma bomba de efeito retardado que um dia, se não fosse desarmada, estouraria com efeitos devastadores sobre o País. E é uma ironia do destino, Sr. Presidente, que exatamente quando o Congresso vai enfrentar finalmente o problema do desequilíbrio das contas públicas, é uma amarga ironia do destino que o seu mais ardente defensor não esteja

aqui para participar dessa batalha. A morte o levou quando o Senado e o Poder Público mais necessitavam dele.

Ele morreu sem se entregar, abatido pela doença que nunca lhe tirou a coragem. Nunca ouvi do Senador Vilson Kleinübing lamentações pela doença que o acometêra. Nunca tentou comover ninguém, nem de público, nem particular, pelo fato de ser um homem marcado para a morte. Por momentos, pensou que havia dela escapado. Hoje me dizia um Senador a quem, certa vez, ele lhe disse sem ocultar o orgulho: "Venci o câncer". Ledo engano, porque o inimigo apenas recuou para voltar atacando de emboscada e lhe dar um golpe fulminante. Tão duro que, quando foi detectado, já havia tomado boa parte do seu organismo. Nem assim aquele homem se abateu; nem assim ele esqueceu o interesse público.

Hoje, o Senador Elcio Alvares dizia na Comissão de Assuntos Econômicos que dele recebeu um telefonema há cerca de 15 dias – ele já com a recidiva da doença – em que manifestava interesse e preocupação com matérias em andamento neste Senado. Dessa vez ele não estava iludido, Senador Elcio Alvares, porque, ao se recuperar do primeiro ataque, ele disse a alguém: "Só temo a recidiva, se ela vier, sei que será mortal!" Então ele já sabia que seu fim estava próximo.

Li no noticiário da imprensa a respeito da sua morte que certa vez ele dissera: "Aprendi com minha mãe, quando varria a calçada da nossa casa e jogava o sujo não para a sarjeta, mas para dentro, que nós mesmos deveríamos recolhê-lo. Com aquele gesto da minha mãe – dizia ele –, aprendi que, acima de tudo, está o interesse público. Ao não jogar a sujeira para a sarjeta, para a rua, ela sabia que o problema não era da prefeitura, e sim da própria família". Esse gesto simbólico, segundo o Senador Vilson Kleinübing, marcou profundamente a sua atitude diante da vida.

É curioso que esse homem, tão sisudo e tão sério, em defesa da causa pública, que às vezes parecia não ser um homem de muita efusão, muito afetivo, tenha tido este comportamento: segundo me disse hoje o Senador Esperidião Amin, horas antes de morrer, ao lhe ser perguntado o que queria, ele pediu uma taça de sorvete. Tomou o sorvete, dormiu e nunca mais acordou. Nos instantes finais, daquele homem tão sério, tão sisudo, emergiu a criança talvez que dorme em cada um de nós. O sorvete foi o último sabor do mundo que levou.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com muita emoção, portanto, que registro o desaparecimento do Senador Vilson Kleinübing. Um homem público como poucas vezes tenho encontrado na vida. Era um homem que colocava, repito, o interesse público acima de interesses menores. Ele, realmente – e não se trata de uma figura de retórica –, vai fazer muita falta nesse momento ao Senado e ao Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Jefferson Péres, o Sr. Ronaldo Cunha Lima, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Com a palavra o nobre Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a emoção toma conta do Senado em razão da perda do nosso querido Senador Vilson Kleinübing, a quem aprendi a admirar, principalmente durante o período da CPI, quando, ao lado do Senador Suplicy e de outros Senadores, desenvolvemos um trabalho de interesse público e ele mostrou sua permanente luta para que o Estado não gastasse além do que podia. A sua perseverança no interesse público, no levantamento, nas diligências, fazendo uma ponte excelente junto ao Banco Central, facilitou em muito a atividade que buscava, através da Justiça e da polícia, concretizar as provas necessárias ao processo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o câncer levou do nosso convívio, prematuramente, um dos colegas mais queridos e senador dos mais atuantes de quantos integram este colendo Plenário. O Senador Vilson Kleinübing, falecido aos 54 anos, na última sexta-feira, soube como poucos, em sua curta temporada no Senado Federal, dar sua contribuição aos trabalhos legislativos que aqui se desenvolvem.

Conheci o Senador Kleinübing como Prefeito de Blumenau, pois meu irmão mais velho tem relações com empresa instalada naquela cidade e tinha um grande vínculo de amizade com o Senador. Ele era sempre repetitivo sobre a dignidade e o respeito com que Kleinübing dirigia a prefeitura daquela cidade e, depois, o Governo do Estado de Santa Catarina. Assim, S. Ex^a trouxe ao Senado a sua experiência e a sua devoção à causa pública.

Assim foi toda sua vida pública. Formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, esse gaúcho de Montenegro

nasceu no dia 9 de setembro de 1944. Casado com Vera Maria Kleinübing, pai de três filhos, revelaria seu pendor para os assuntos de economia ainda antes de iniciar-se na vida pública, quando, já em Santa Catarina, se especializou em Engenharia Econômica pela Universidade Federal desse Estado.

Estreou na vida pública em 1982, como deputado federal. Foi, a seguir, Secretário de Agricultura e Abastecimento no governo Esperidião Amin, entre 1983 e 1986; Prefeito de Blumenau, eleito em 1988; e Governador de Santa Catarina, eleito dois anos depois. Sua ascensão meteórica na vida pública, como se pode observar, reflete o reconhecimento da população catarinense pelos serviços prestados e pela honradez com que exerceu suas sucessivas administrações.

Em 1994, elegeu-se Senador da República para dar continuidade, no plano legislativo, a uma notável folha de serviços prestados à comunidade catarinense. Como Senador, no entanto, foi além, tornando-se um nome nacional graças ao seu empenho, à sua competência e à obstinação pelo trabalho, que lhe deu forças para lutar contra a moléstia até os últimos dias de vida.

Esse reconhecimento que ora lhe faço, Senhoras e Senhores Senadores, não é mera retórica, nem elogio póstumo por simples formalidade. Tendo constatado o câncer no pulmão, há dois anos, jamais se entregou à doença; durante o tratamento quimioterápico, jamais se concedeu autocomiseração. Pelo contrário, sabedor da importância dos trabalhos que vinha desenvolvendo, deu o máximo de si em Plenário e nas Comissões que integrava: a de Assuntos Econômicos e a de Serviços de Infra-Estrutura, como titular; a de Educação e a de Relações Exteriores e Defesa Nacional, como suplente.

Sua participação, porém, foi ainda mais efetiva, nos últimos dois anos, na CPI dos Títulos Públicos, quando demonstrou absoluto zelo na fiscalização das finanças públicas. Na CPI, aplicou-se, com denodo, a esquadriñar os diversos mecanismos que encobriam graves irregularidades na emissão, lançamento e venda de títulos públicos no mercado financeiro. Já então, combatido pela doença, estendia seu trabalho por horas a fio, muitas vezes até a madrugada, para inquirir as pessoas envolvidas no que se convencionou chamar de "escândalo dos precatórios".

Combateu o endividamento irresponsável, em muitos casos fraudulento, de Estados e Municípios, com determinação inabalável. A mesma preocupação demonstrou, não uma vez ou duas, mas ao lon-

go de seu mandato, encurtado por obra do destino, em relação ao funcionamento moroso da Justiça.

De todo o conjunto de obras que nos deixou, na esfera executiva ou na legislativa, uma contribuição merece ser lembrada de forma especial: trata-se da Resolução do Senado Federal nº 78, de 1998, da qual foi Relator, e que foi aprovada por unanimidade por este egrégio Plenário. Essa Resolução estabelece severas condições para conter o endividamento inconsequente de nossos Estados e Municípios.

Ao falecer, Vilson Kleinübing tinha 90% de sua capacidade respiratória comprometida, já que o câncer, do pulmão, espalhara-se, afetando o esôfago e a traquéia. Não pôde vencer o câncer, mas nunca se entregou, tendo estado presente ao trabalho no Senado, mesmo no estágio mais avançado da doença. Vilson Kleinübing deixa para nós, Senadores, e para todo o povo catarinense e brasileiro, um exemplo inapagável de dedicação à causa pública, de coragem e de determinação.

Sr. Presidente, nesta altura, ele deve estar conferindo o Orçamento no Céu, já que para lá deve ter ido direto e deve estar à mão direita de Deus. Assim, as nossas orações, provavelmente, valerão mais do que a emoção que vem tomando conta de mim e poderá me trair, se eu continuar a falar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, há quatro anos tenho um convívio muito alegre e salutar com todos os Senadores desta Casa.

O Senado é uma Casa de amigos que têm idéias e pensamentos divergentes, que pugnam pelos interesses dos seus Estados, mas que convivem num ambiente de intensa fraternidade. Nesse ambiente, conheci Vilson Kleinübing e com ele convivi, um dos raros Senadores que caracterizaram a sua atuação parlamentar empunhando uma bandeira.

Vilson Kleinübing entendeu, com toda certeza, que o melhor trabalho que poderia realizar em prol do seu Estado, Santa Catarina, e do Brasil seria o de combater o déficit público e defender os princípios do municipalismo, desejando que cada Município e Estado andasse com suas próprias pernas. Defendeu, enfim, a moralidade pública e administrativa. Esta foi a sua marca maior e nisto Vilson Kleinübing foi um Senador e um homem intransigente.

Recordo-me de uma ocasião em que lhe fazia um apelo em favor de uma Unidade da Federação, que solicitava empréstimo. S. Ex^a entendia que ele

não poderia ser concedido, eu lhe dizia que colocasse os princípios de justiça e a realidade acima do texto frio da lei. Ele dizia-me que o seu coração lhe ditava, realmente, aquilo, mas também entendia que deveria ser inflexível, que não poderíamos abrir exceção, pois ao Senado da República cabia a grande e grave responsabilidade de ser o controlador da Federação brasileira.

Após ressaltar as qualidades de Vilson Kleinübing como homem público-exemplo, gostaria de dizer que não o conheci como Prefeito ou Governador do Estado de Santa Catarina, mas o conheci muito bem como Senador, e queria distinguir uma outra qualidade sua, que era a de amigo. Ele era, sobretudo, um amigo de cada um dos Senadores e meu, particularmente, pois tivemos uma convivência marcada por aquele sentimento que é um dos mais nobres que saltam do coração de um ser humano, o da amizade.

Portanto, deixo nos Anais desta Casa a minha homenagem a Vilson Kleinübing, o grande Senador, o bom amigo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPlicy (Bloco/PT – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero externar o meu sentimento ao povo de Santa Catarina, à esposa de Vilson Kleinübing, Sr^a Vera Maria Karan Kleinübing, bem como a seus filhos João Paulo, Eduardo e Diogo, pelo falecimento desse extraordinário e valoroso Senador, que conseguiu granjear o respeito de todos nesta Casa.

Estive em Santa Catarina por ocasião do seu funeral e pude testemunhar o carinho e o respeito do povo daquele Estado ao Senador Vilson Kleinübing, inclusive daqueles que eram de Partidos de oposição, como nós, do Partido dos Trabalhadores.

No Senado Federal, foi firme a sua atuação na Comissão de Assuntos Econômicos, durante a CPI sobre os precatórios judiciais, e aqui mesmo, na tribuna, era com rigor que examinava e fazia com que todos examinássemos os pedidos de autorização para empréstimos de qualquer natureza, solicitados por Estados e por Municípios. Tudo isso constituiu uma extraordinária lição de defesa do interesse público. Além disso, era com respeito que ele nos tratava e por todos nós desenvolveu um grau de amizade.

Portanto, cumprimentamos o povo de Santa Catarina por ter tido em Vilson Kleinübing um extraordinário exemplo de pessoa dedicada à causa

pública; à sua cidade de Blumenau, onde foi Prefeito; ao Estado, onde foi Governador, e ao Senado, onde tão bem representou o povo de Santa Catarina e o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou procurar, em breves palavras, traduzir aquilo que procurei externar na ocasião dos funerais, no último sábado, na Assembléia Legislativa, onde o corpo do Senador Vilson Kleinübing estava sendo velado.

Dizia, naquele momento, que, embora pertencêssemos a partidos diferentes, a campos opostos – sou de um partido de oposição ao dele –, na época em que transferi o Governo de Santa Catarina a ele, tivemos a satisfação de viver num clima de transparência, porque houve uma fraternidade e uma transmissão civilizada. Recordava também – estas são palavras dele – que, quando, em 1995, viemos para esta Casa, ele dizia que, ao lado do Senador Esperidião Amin, três ex-Governadores de Santa Catarina exerciam funções neste Senado e que estes, embora em campos opostos, em partidos diferentes, atuavam sempre em prol dos catarinenses e dos ideais maiores deste País.

Sr. Presidente e Nobres Colegas, no último sábado, eu recordava também que, no ano passado, tive a honra de ser convidado, juntamente com o Senador Vilson Kleinübing, a participar de uma visita presidencial ao Canadá. Visitando a Comissão de Economia do Parlamento canadense, o Senador Vilson Kleinübing fazia questão de buscar sugestões sobre como o Canadá conseguiu alcançar o seu equilíbrio financeiro, sobre como aquele país conseguiu se encontrar na atual situação. Durante o nosso trajeto a uma outra cerimônia, ele me dizia: "Maldaner, vamos procurar aplicar essas idéias, opiniões e dados do Canadá em nosso País, no Brasil!". Uma das grandes teses que ele sempre defendia é a que foi levantada por vários Colegas: a tese do equilíbrio financeiro, do ajuste fiscal, de um teto ou de um limite para o endividamento público, porque não sabemos onde vamos chegar. Ele tratava dessa questão naquele país.

Afora esse destaque que todos reconhecem na Comissão de Economia e neste plenário, pela sua grande dedicação, eu diria que, no campo político – neste aspecto, posso falar como homem de oposição a ele –, no meu Estado, o Senador Vilson Kleinübing nos dava um grande trabalho. Lá houve diver-

sos embates, alguns dos quais vencemos; outros, perdemos. Reconheço, em público, que ele valorizava o embate eleitoral, porque fazia com que nós, da Oposição, dormíssemos menos, com que nos reuníssemos mais, com que usássemos mais nossos neurônios, para que pudéssemos encontrar uma forma de enfrentar a altivez, a luta e o embate democrático articulados por ele.

Sempre tenho dito que ele valorizava o embate político em Santa Catarina e fazia com que, quiséssemos ou não, a luta fosse maior. E mais: as estratégias usadas por ele eram sempre feitas às claras. Ele dizia para mim, neste plenário ou em Santa Catarina, que agiria desta ou daquela forma. Dizia claramente de que forma ia agir no campo político; nunca agia à socapa, mas sempre às claras.

Parece-me que ele valorizava qualquer embate político, haja vista o trabalho que nos tem dado. Deu-nos muito trabalho no campo político e partidário em Santa Catarina, o que valorizava, em todos os sentidos, nossas vitórias ou derrotas.

Devo abordar essa questão aqui, não só como Presidente do meu Partido em Santa Catarina, mas também como seu Colega no Senado e como Colega do ex-Governador do meu Estado.

Por tudo isso, devo respeitá-lo. Alio-me aos demais Colegas, que, a partir da última sexta-feira, quando ocorreu o óbito, foram a Santa Catarina, como o Presidente desta Casa, o ilustre Senador Antonio Carlos Magalhães, que até lá foi levar as condolências em nome de todo o Senado brasileiro. O Senador Roberto Requião também esteve lá na sexta-feira à noite. No funeral, também estavam presentes os Senadores Eduardo Suplicy, Lúcio Alcântara, Edison Lobão e José Roberto Arruda. Sei que o Senador Bernardo Cabral, na última sexta-feira, já se pronunciava no plenário deste Senado. Houve manifestações as mais diversas.

Aliando-me às manifestações quer dos catarinenses, quer dos brasileiros, quero dizer que ele fez história. Vilson Kleinübing ajudou a escrever uma parte da história catarinense, e, sem dúvida alguma, sua contribuição será fonte de pesquisa para nós, catarinenses, e – por que não dizer – para o Senado. Os depoimentos aqui prestados, em especial o do Senador Jefferson Péres, da Comissão de Economia, também serão fontes de referência.

Como eu dizia no último sábado, não sei se esta é uma homenagem de despedida. Penso até que não. Pelo que ele foi como Prefeito, Deputado Federal, ex-Governador e Senador, queiramos nós ou não, Vilson Kleinübing, criou na legião de ami-

gos e de companheiros naquele Estado. Por certo, praças, ruas e logradouros públicos levarão o nome do Senador Vilson Kleinübing.

À sua esposa, D. Vêra, aos seus filhos, aos seus irmãos, à sua mãe, aos parentes, aos companheiros e à legião de amigos que formou, os nossos mais sinceros cumprimentos neste momento!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Lúdio Coelho.

O SR. LÚDIO COELHO (PSDB – MS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estava no interior do meu Estado, numa fazenda no Mato Grosso do Sul, quando recebi a notícia do falecimento do Senador Vilson Kleinübing.

Desejo prestar um depoimento aqui. No meu Estado, seguidamente, as pessoas me perguntam como é o Senado e como são os Senadores. Eu os informo a respeito do quadro qualificado de Representantes da República no Senado. Sempre realcei que, na Bancada de Santa Catarina, havia um Senador – eu até não sabia pronunciar bem o seu nome –, Vilson Kleinübing, que era muito qualificado. Eu dizia que me identificava inteiramente com ele nas linhas de raciocínio, no cuidado na administração das finanças públicas.

Neste momento em que a Nação brasileira precisa fazer esse acerto de contas do Poder Público brasileiro, o Senador Vilson Kleinübing fará grande falta. Inúmeras vezes conversei com ele sobre a situação das contas públicas do nosso País. Discutimos sobre a permanente aprovação dos pedidos de empréstimos feitos pelo Senado Federal. Dizia a ele, por diversas vezes, que um dia a Nação cobraria esse nosso procedimento. Aprovamos todos os pedidos de rolagem de dívida e de empréstimos feitos ao Senado Federal.

Quero render as minhas homenagens à família do Senador Vilson Kleinübing e dizer que ela só tem motivos de orgulho ao recordar o Senador desaparecido.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador Júlio Campos.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com profunda emoção e com profunda tristeza que venho ao Plenário do Senado, na tarde de hoje, para prestar esta homenagem a esse grande brasileiro, a esse grande catarinense e gaúcho que foi Vilson Kleinübing, Senador emérito desta Casa.

Confesso que, tal como o Sr. Senador Lúdio Coelho, em todos os meus depoimentos no Senado Federal, eu fazia questão de mencionar que uma das grandes personalidades, que um dos luminares da área econômica do nosso País era o Senador Vilson Kleinübing. Confesso uma profunda admiração pela sua pessoa, pelo seu trabalho. Convivi com esse nobre companheiro, correligionário da Bancada do PFL, durante quatro anos na Comissão de Assuntos Econômicos e em outras Comissões de lideranças partidárias. Sempre vi na figura dele aquela personalidade forte, coerente, digna e honrada, que nunca vacilou. Mesmo sendo Vice-Líder do Governo, mesmo tendo a responsabilidade de defender o Governo em determinados projetos na área econômica, ele nunca vacilou em dar o seu depoimento coerente e, até certo ponto, válido para o Brasil de hoje.

Estamos acompanhando a chegada de um novo plano, um novo pacote econômico, consequência do gasto público excessivo neste País. Vilson Kleinübing foi o grande policial, o grande promotor, o grande fiscalizador, o grande auditor das contas públicas nesses últimos quatro anos no Senado. Talvez, se tivéssemos seguido mais as suas decisões, os seus conselhos, muitos Estados hoje estariam em melhor situação econômica. Vilson Kleinübing marcou a sua passagem na vida pública como Deputado Federal, como Secretário da Agricultura de Santa Catarina, onde fez um grande trabalho, um belíssimo trabalho, levando energia às propriedades rurais do interior daquele Estado. Isso o credenciou a ser candidato a Governador do Estado. Não foi vitorioso, mas, dois anos após a eleição, foi convocado pelo povo de Blumenau - ele nem morava naquela cidade - para ser o seu Prefeito, exatamente pelo grande trabalho que fez como Secretário de Estado e pela expressiva votação obtida como candidato a Governador. Na prefeitura ficou pouco tempo porque, em seguida, o povo catarinense, sentindo necessária a sua presença, convocou-o pelo voto direto para ser o seu Governador. Foi eleito brilhantemente e fez uma administração magistral, marcando a História com o seu trabalho. Depois, veio representar o seu Estado no Senado Federal. Tenho certeza absoluta de que todo o Brasil e não só Santa Catarina perdeu um grande homem público, um grande político e um grande administrador.

Numa das minhas conversas com o atual Presidente da República a respeito dos Srs. Senadores, eu disse à Sua Excelência que, no dia em que tivesse que convocar um Senador para ser Ministro da Fazenda, ou da Economia, ou do Planejamento, escolheria Vilson Kleinübing, pessoa talhada para ocupar um cargo na área econômica deste País. Tenho

certeza de que esse meu pensamento coincidia com o pensamento da maioria dos Srs. Senadores.

Nesta Casa, sempre pedi conselhos a Vilson Kleinübing. Quando chegavam os pedidos de empréstimos externos para Estados e Municípios - algumas vezes fui Relator -, antes de dar o meu parecer, fazia questão de dialogar com ele, de pedir-lhe informações.

Lembro-me de uma luta titânica quando ele apresentou aquele projeto de resolução mediante o qual 50% das receitas que os Estados arrecadassem com a venda das estatais deveriam ser destinados ao pagamento da dívida pública dos Estados, evitando um possível derrame do dinheiro público na campanha eleitoral de 1998. Juntos, lutamos e conseguimos fazer com que o Senado votasse e aprovasse essa lei. No entanto, lamentavelmente o Poder Judiciário, em pouco mais de 48 horas, declarou inconstitucional, a pedido dos Governadores, o projeto Vilson Kleinübing. E houve realmente um derrame brutal do dinheiro público da venda das estatais nas eleições deste ano de 1998, o que causou a derrota de inúmeros Senadores nas eleições do dia 04 de outubro último. Vilson Kleinübing tinha razão, quando ali daquela cadeira, no fundo do plenário desta Casa, brigava, lutava para que moralizássemos a aplicação do dinheiro público, dos empréstimos e, principalmente, dos recursos arrecadados com a venda das estatais dos Estados brasileiros.

Lamentavelmente, hoje ele está morto. Deixou em todos nós, seus colegas do Senado, em todos os catarinenses e brasileiros um vazio muito grande. Tenho certeza absoluta de que esse homem terá o reconhecimento. Proponho até, Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães, que prestemos uma homenagem mais concreta a esse grande brasileiro, lutador das contas públicas: a sala da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado poderia passar a chamar Sala Senador Vilson Kleinübing. Ele realmente lutou naquela sala, na CPI dos Precatórios.

Para minha alegria, constato que o eminente Senador Bernardo Cabral também está indicando a mudança de denominação da Sala de Assuntos Econômicos para Sala Senador Vilson Kleinübing. Podemos prestar-lhe essa homenagem muito digna. E, neste instante, recorro ao que o Senado ainda está devendo uma homenagem a um outro Senador falecido neste ano, que relevantes serviços prestou ao Senado, à nossa querida Paraíba e ao povo brasileiro, que foi o saudoso, inesquecível Presidente Humberto Lucena. Ele também faz jus a uma homenagem mais concreta do Senado: presidiu por duas ve-

zes esta Casa, ocupou por dois mandatos a cadeira número um do Senado Federal - inclusive na sua última gestão tive o privilégio de ser o seu Primeiro Secretário.

Convivi com o nosso querido companheiro e, nesse momento de saudades, no momento de homenagem a Vilson Kleinübing, quero também relembrar, com saudades, a perda de um outro grande brasileiro, do nosso querido saudoso Humberto Lucena.

Senador Bernardo Cabral, conte com a minha solidariedade para a reivindicação de que a Sala de Assuntos Econômicos seja denominada Sala Vilson Kleinübing. Tenho certeza absoluto de que esse projeto de resolução será aprovado por unanimidade.

À família Kleinübing, à sua esposa Dona Vera Maria, aos seus três filhos, João Paulo, Eduardo e Diogo, a nossa solidariedade, não a minha, simples e humilde Senador de Mato Grosso, mas a homenagem sincera do povo mato-grossense, um povo que deve muito aos catarinenses, desbravadores do norte de Mato Grosso, onde levaram o espírito de trabalho, de luta do povo catarinense.

Em nome de Mato Grosso, em nome do Senador Carlos Bezerra, do Senador Jonas Pinheiro, de todo povo mato-grossense, o nosso profundo respeito e o nosso abraço fraternal ao povo de Santa Catarina, ao povo brasileiro por essa grande perda, a de Vilson Kleinübing.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Com a palavra o Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES (PFL - ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eminentes colegas, já tive oportunidade, na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos hoje pela manhã, de falar algo a respeito de Vilson Kleinübing. E falei exatamente naquele local, porque, na verdade, durante a vida parlamentar de Vilson Kleinübing no Senado, a Comissão de Assuntos Econômicos teve oportunidade de acolher de mais de perto as lições, os atos de probidade e, acima de tudo, eu diria até com certo estoicismo, o acendrado amor à defesa do Erário e, além disso, a convicção de que estávamos entrando em uma situação econômico-financeira das mais críticas para o País.

Tive um privilégio, talvez um pouco maior do que os meus colegas: quando Vilson Kleinübing chegou a esta Casa, foi Esperidião Amin quem me apresentou o novo Senador de Santa Catarina. Desde o primeiro momento, percebi a personalidade forte de Vilson Kleinübing. E Vilson vinha de Santa Catarina, onde todos exaltavam a sua forma de governar. Vilson não era homem de concessões; tomou medidas muito

duras e radicais no governo de Santa Catarina, dentro da visão do povo catarinense, que faço questão de exaltar. Santa Catarina é um celeiro permanente de grandes vocações de vida pública. Vilson Kleinübing cresceu e chegou aqui ao Senado Federal.

Quando tive oportunidade de ser convidado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso para exercer a Liderança do Governo, precisei convocar alguns companheiros para ajudar nessa tarefa, e com Vilson Kleinübing aconteceu um fato que faço questão de proclamar. Sem nenhuma vaidade, sem qualquer sentido de porfia, convoquei Vilson Kleinübing para exercer uma Vice-Liderança com a responsabilidade total da área econômica do Governo no Senado da República. E vou mais além, falei a ele naquela ocasião, e reiterei de público: "Vilson, você não vai ser um Vice-Líder; você é o Líder do Governo para os assuntos da área econômica. E a partir deste momento, Vilson, todos assuntos estarão entregues às suas mãos, porque sei que você é um homem que tem respaldo moral e intelectual para assumir por inteiro essa responsabilidade." Comuniquei o fato ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, que, na mesma hora, endossou totalmente a minha postura, sabendo que Vilson Kleinübing indiscutivelmente era um homem que teria todos os predicados necessários para exercer a Liderança da área econômica.

Foi a partir dali que Vilson Kleinübing, dia após dia, começou a crescer no conceito dos nossos Colegas. Como se não bastasse as atividades inerentes à Liderança, ao comando dos processos na área da Comissão de Assuntos Econômicos, aqui, neste Plenário, em discursos que foram inesquecíveis, ele teve oportunidade de assinalar muito bem a sua estirpe luminosa de vida pública.

Quero ressaltar, Sr. Presidente e eminentes Colegas, o lado público da vida de Vilson Kleinübing, que todos conhecem. O Senador Jefferson Péres inclusive teve oportunidade de fazer uma oração marcada por pontos da vida pública e pontos da vida pessoal de S. Ex^a. Quero destacar alguns pontos que são da nossa intimidade e da nossa vivência.

Vilson Kleinübing - o Senador Jefferson Péres falou há pouco em depoimento ao Senador Esperidião Amin -, antes de perder o sentido das coisas, pediu que lhe fosse servida uma taça de sorvete. E para nós, que convivemos com ele, esta era uma postura dele. Os outros convidam para tomar uma dose de uísque; Vilson Kleinübing sempre convidava para tomar uma taça de sorvete. A paixão dele era tomar sorvete. Uma das coisas interessantes. Era

um menino no momento em que tinha oportunidade disso, e discutia sabores. Esse era o Vilson Kleinübing, uma pessoa simples, destituída disso tudo.

Independentemente disso, eu e Vilson nos aproximamos muito, principalmente quando aconteceu o primeiro momento da doença. Vilson Kleinübing foi fazer uma viagem aos Estados Unidos. Ele era um homem vaidoso, gostava de se vestir bem, cultivava a prática dos esportes e tinha orgulho de dizer que corria 10 km todas as manhãs. Ele foi aos Estados Unidos e um amigo que estava ao lado dele, Flávio Coelho, sugeriu-lhe que fizesse exames na clínica do Dr. Cooper, idealizador do conhecido teste que leva o seu nome. E Vilson Kleinübing resolveu fazer um **check-up**. Todos os exames corresponderam exatamente àquela vaidade do atleta amador que corria todas as manhãs. No entanto, o médico dos Estados Unidos, ao examinar as chapas, disse: "Senador, há um ponto branco, muito pequeno, no seu pulmão que precisa ser pesquisado". Vilson Kleinübing ouviu o que disse o médico e lhe perguntou se poderia fazer isso no Brasil. O médico lhe disse que ele poderia vir ao Brasil, inclusive com recomendação, salvo engano, para o hospital do Rio Grande do Sul, onde de fato ele fez a cirurgia. Vilson voltou e nos disse aqui bastante preocupado: "Veja que coisa, fui fazer um teste, verifiquei que os meus índices todos estão superlativos". E quando Vilson foi para o hospital, aquele ponto, no início do tamanho de uma cabeça de alfinete, já tinha atingido o tamanho de uma bola de gude, o que demonstra realmente que a doença era insidiosa. Fez a operação e voltou. Daí todos participaram aqui da dor de Vilson e daquela sina, mas, mesmo assim, ele vinha ao Senado. Com a perda dos cabelos, a princípio ensaiou uma peruca. Mas ele, um homem muito autêntico, assumiu a doença por inteiro e disse que era portador de câncer e que iria lutar. E teve uma recuperação. Mas, naquelas conversas das quais todas participamos nas tardes dessa sessão, ele sempre dizia: "a única coisa que me assusta é que não pode haver uma recidiva. Se houver, tenho certeza de que não resisto".

Veio a eleição. Fui para a disputa no Espírito Santo e, de vez em quando, perdido lá no interior do meu Estado, o telefone tocava, era Vilson Kleinübing querendo saber da minha campanha, preocupado com os resultados divulgados pelos institutos de pesquisa e eu lhe dizia com a maior lealdade: Vilson, a eleição está muito difícil. Tenho impressão de que você não vai ter seu colega nos próximos quatro anos, porque a eleição para mim é quase impossível.

Veio o dia 4 de outubro, eu já sabia que não ganharia a eleição e vim para Brasília. Cheguei ao meu gabinete dia 5 e o primeiro telefonema que recebi foi de Vilson Kleinübing. Ele me tratava por Elcio Alvares, fazendo questão de dizer os dois nomes, e me disse: "Elcio Alvares, tenho duas notícias para lhe dar. A primeira, maravilhosa: nós ganhamos de ponta a ponta aqui." Ele falava isso sem tocar na minha derrota, com muita delicadeza. O Vilson tinha uma extrema delicadeza em fazer as suas colocações. "A segunda notícia, Elcio Alvares: a minha doença voltou e voltou de uma maneira muito forte. Estou seguindo, amanhã, para Brasília, vou conversar com o Presidente Antonio Carlos Magalhães e procurar recursos fora do Brasil, porque já sinto que realmente a doença avançou bastante".

Eu estive, terça ou quarta-feira, com o Presidente Antonio Carlos Magalhães e disse-lhe que o Vilson estava vindo e que tinha falado comigo a respeito de um quadro de saúde delicado. Fomos surpreendidos - o Presidente Antonio Carlos Magalhães também estava presente - nessa quarta-feira, com a notícia de que Vilson já não tinha mais condições de locomoção própria, porque após uma aplicação de quimioterapia ele estava prostrado pela doença. Desde então não vi mais Vilson Kleinübing, apenas recebi um último telefonema, este inesquecível.

Ele me telefonou e alguns colegas estavam em volta, tais como o Senador Arruda e o Senador José Agripino. O Senador Esperidião Amin fez a chamada e uma voz já muito apagada de Vilson Kleinübing disse: "Olha, estou recebendo um abraço de você. Nós estamos lutando." O Senador Esperidião Amin ainda falou: "Você é um forte!" E o chamava de governante. "Governante, levante a cabeça e vamos prosseguir nessa luta!" Foi o último telefonema de Vilson Kleinübing.

Eu não pude, por um motivo muito imperioso, estar presente, como gostaria de tê-lo feito, ao último adeus a Vilson Kleinübing, mas tenho certeza de que a presença de Antonio Carlos Magalhães e de outros colegas que foram - levou o sentimento unânime desta Casa, de carinho, de amor, de amizade e de respeito a ele.

Faço esse registro hoje, Sr. Presidente, eminentes colegas, como Líder, profundamente grato à extraordinária figura que foi Vilson Kleinübing. Vilson me deu a melhor das colaborações, e faço questão de proclamá-la. Ele não foi Vice-Líder, ele foi Líder do Governo nos assuntos referentes à área econômica e todas as tarefas que ele teve oportunidade de desenvolver, fez com brilhantismo inexcelável.

Agora, Sr. Presidente, neste momento em que a Casa pranteia e pranteia de maneira tão dedicada a figura de Vilson Kleinübing, quero dizer a cada um que recolho das palavras dele ao longo do tempo, dos gestos que ele me ofereceu, talvez o suporte maior para enfrentar uma outra caminhada de vida. Aí sim, acreditando que os valores maiores são os valores da amizade.

Deus tem seus desígnios, e temos de respeitá-los. Quaisquer que sejam os desígnios de Deus, na paixão, no amor, na política, na vida pública, eles são imutáveis.

Neste instante, Sr. Presidente, rendendo essa homenagem a Vilson Kleinübing, faço do fundo do coração, com a convicção cada vez maior de que as grandes amizades constituem, na verdade, um dos grandes patrimônios que podemos acrescentar à nossa vida. As coisas materiais não representam nada. Os verdadeiros amigos, como Vilson Kleinübing, estes, sim, são os troféus que podemos ao longo da vida dizer e proclamar. Fomos seus amigos, admiramo-lo e, acima de tudo, manifestamos o mais profundo respeito e a mais acendrada admiração a sua família.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Com a palavra o nobre Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL - AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Vilson Kleinübing, que estranho paradoxo, Kleinübing. Os que têm conhecimento rudimentar do idioma alemão e os que têm muito ou os que têm pouco, como eu, sabem que Kleinübing quer dizer "pequeno artesão". Eis aí o paradoxo: carrega no nome uma marca do artesão.

Quando ouvi falar, pela primeira vez, em Vilson Kleinübing, já o disse daquela tribuna há alguns dias, quando entendia que o ideal seria que todos orássemos pela sua volta, porque é sempre duro lamentar a sua ida, como fazemos agora, eu registrava que a primeira vez tinha sido através de um outro homem público de grande respeitabilidade, Antonio Carlos Konder Reis, que havia lutado pela eleição do Kleinübing, tendo se tornado seu Vice-Governador. E Antonio Carlos Konder Reis me disse exatamente isto: "Este é um homem público que este País vai conhecer." E o que é interessante é que cada vez mais me dou conta de que os homens públicos não valem pelo poder que eventualmente conseguem palmar, ou pela fortuna que amealham ao longo da vida, mas por aquilo que produzem em favor da coletividade.

Quando um político como nós outros, que nos debruçamos sobre um requerimento, não queremos nunca fazê-lo quando se trata de um desse tipo, sobretudo quando vem carregado de uma imensa saudade, esta saudade que é uma espécie de fiandeira das distâncias.

Onde estará agora Kleinübing? Até bem pouco tempo atrás, estava comandando o que se conveniou chamar Comissão Parlamentar de Inquérito dos Títulos Públicos, a CPI dos Precatórios. Flexível, sério, a ponto de - quando, por uma dessas iluminações que o Altíssimo nos dá, eu o indicava para ser Relator-Adjunto - receber toda a manifestação de prestígio da Presidência do Senado, através do Senador Antonio Carlos Magalhães, para ir até o fim, e o fez de forma incansável. Quem o conheceu de perto, como todos nós, sabe que Kleinübing não era homem de contorcionismo político, nem de ficar no malabarismo das palavras para não dizer o que estava sentindo.

Sei, Sr. Presidente, que o requerimento de V. Ex^a, subscrito por todos nós, é dessas peças que V. Ex^a jamais, em tempo algum, gostaria de ter tomado a iniciativa de fazer. Todos temos certeza disso. E se o fizemos, e se agora cada um dá o seu depoimento - e espero que não seja repetitivo, tais as qualidades que já foram aqui alinhadas e merecidamente reconhecidas e proclamadas -, é porque os Anais da Casa precisam registrar quem foi um dos seus grandes integrantes.

Por tudo isso, Sr. Presidente, é que idealizei este requerimento. Acho que V. Ex^a vai submetê-lo à Mesa, a qual preside, para que se faça um objeto de estudo, no sentido de que a sala de reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, onde ele atuou com rara proficiência, veja na parede o seu nome, não como uma homenagem simples dos Senadores que estão passando agora, mas para que a posteridade indague por que foi ele merecedor desse registro. E ao indagar, vão ver que a vida traz este paradoxo: pequeno artesão no nome, grande político na atuação.

Sr. Presidente, junto à minha tristeza à tristeza de todos os companheiros que aqui falaram. Também eu me associo a todas as manifestações de pesar que serão dirigidas à sua família.

Com isso, concluo dizendo que esta tarde, ao fazer este registro de saudade e tristeza, faz, mais uma vez, a característica típica de que vale a pena ser sério, quando se é um homem público que teve atuação como Vilson Kleinübing.

Encaminho a V. Ex^a a indicação de minha autoria, que o eminente Senador Júlio Campos me deu a honra de subscrever.

É a seguinte a indicação encaminhada à Mesa:

INDICAÇÃO Nº 2, DE 1998

Indico à Mesa, para que seja objeto de estudo, que a sala de reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos seja denominada "Sala Senador Vilson Kleinübing".

Sala das Sessões, 27 de outubro de 1998. –
Bernardo Cabral – Júlio Campos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG).
Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, eminentes Colegas, é possível que em determinados instantes, durante a vida desta Instituição, algumas homenagens possam ter sido prestadas mais ditadas pelo convencionalismo do que pela autenticidade.

Hoje, estamos aqui para manifestar, de público, e o faço em nome de Minas Gerais e dos mineiros, o nosso sentimento de pesar não apenas ao político, mas sobretudo ao homem público, que foi, como Prefeito de Blumenau, Secretário de Estado de Santa Catarina, Governador de Estado e como Senador da República, uma figura profundamente inesquecível. Devemos recordar os momentos de convivência que tivemos com o eminente homem público.

Quando fui informado de que teria sido identificada uma manifestação cancerosa no pulmão do Senador Vilson Kleinübing, apressei-me em telefonar-lhe para manifestar a minha solidariedade e dizer-lhe que se tratava de uma doença insidiosa e que efetivamente poderia ser debelada. Ele me disse por telefone e depois pessoalmente que o problema era um pouco mais amplo e profundo. Conversando repetidas vezes, ele afirmou que várias foram as conquistas de sua vida, mas, talvez, dizia ele, a mais importante seria ter vencido o câncer. Vencer o câncer era a grande vitória entre tantas vitórias de Vilson Kleinübing. Ele me parecia sempre tranqüilo, quanto ao seu destino. No entanto, no contato com outras personalidades e amigos nesta Casa ou fora desta Instituição, ele revelava a preocupação com o seu destino, na hipótese de uma recidiva no seu estado de saúde.

Confesso a V. Ex^a que fiquei aturdido quando, ainda vivendo os últimos instantes da campanha

eleitoral em Minas Gerais, fui informado, de uma forma repentina, do seu falecimento. Imaginei sempre a figura de Vilson Kleinübing, com 54 anos, ainda jovem, mais do que um político, um homem público, porque, entre os brasileiros, políticos são muitos, mas homens públicos são poucos. Mais do que um político, quero repetir, ele era um homem público, pelo conceito, pelo respeito, pela dedicação que tinha aos problemas de interesse do seu Estado e desta Nação.

Quero aqui, portanto, manifestar a esta Casa, na pessoa de V. Ex^a, Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães, a nossa manifestação de pesar, neste derradeiro adeus que estamos dando ao homem que engrandeceu esta Casa e fez dela um dos sustentáculos mais importantes de exemplo de vida e de democracia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Concedo a palavra ao Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI. Para encaminhar a votação) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria, em nome da Liderança do Partido da Frente Liberal, de solidarizar-me com o requerimento que estamos encaminhando à Mesa, de pesar pelo falecimento do nosso estimado amigo, colega e companheiro Vilson Kleinübing.

Devo dizer, Sr. Presidente, que fui submetido à mesma cirurgia de pulmão a que se submeteu o Senador Vilson Kleinübing. Foi nos idos de 1987, quando cheguei a esta Casa. Embora, no meu caso, felizmente o tumor não fosse maligno, mas benigno, senti, evidentemente, antes da cirurgia, todas as sensações que sentiu o Senador, quando não se sabe a natureza do tumor que se vai encontrar. Eu era Governador do meu querido Piauí, quando fiz um exame de raio X e apareceu uma mancha, que depois cresceu com o tempo. Felizmente, pude sobreviver – já se vão onze anos –, e infelizmente o tumor do Senador Vilson Kleinübing era maligno. Posso, portanto, afirmar que tive a mesma sensação que o Senador sentiu, pelo menos nos momentos que antecederam a cirurgia, que são extremamente delicados.

Conheci o Senador Vilson Kleinübing durante a sua campanha vitoriosa para o governo do glorioso Estado de Santa Catarina, no curso do ano de 1990. Eu era Presidente Nacional do meu PFL e viajei por todos os Estados onde tínhamos candidatos ao governo. Recordo-me, inclusive, que estive em Salvador, Bahia, quando a convenção do nosso Partido indicou o nome de V. Ex^a, Sr. Presidente, a candidato

nesse grande Estado, felizmente eleito. Assim, fui a Blumenau e passei praticamente uma tarde conversando com Vilson Kleinübing. Desde cedo, pude perceber o grande espírito público, o grande amor à causa pública que lhe moviam os passos. Ele tinha esse acendrado amor à coisa pública e elevado espírito público que ostentava. Era uma coisa visível. Essa história de dizerem que as aparências enganam, não enganam não. Nós, homens já maduros pelo tempo, sabemos, com alguns minutos de conversa, quais são as características básicas das pessoas, se elas tendem a ter um bom ou mau caráter, se tendem à bondade ou à maldade. Tudo isso aparece como que num passe de mágica. E Vilson exalava – acho que essa seria a expressão correta –, para os outros o seu ideal de Brasil, o seu ideal de ver Santa Catarina um Estado organizado.

Considereei muito interessante o depoimento do eminente Senador Casildo Maldaner – que conheci quando era Governador de Santa Catarina, na ocasião em que lá estive como Ministro da Educação para assinatura de alguns convênios e inauguração de obras –, tendo em vista o fato de ter sido proferido sob a ótica de um adversário político estadual. S. Ex^a lhe rendeu as maiores e mais justas homenagens neste momento de dor por que todos nós passamos nesta Casa. Recordava, há pouco, o que afirmou o Senador Edison Lobão, que, na qualidade de Líder em exercício do PFL, foi a Santa Catarina, assim como V. Ex^a, Sr. Presidente, e o Presidente Nacional do nosso Partido, recém-eleito, Senador Jorge Bornhausen, também de Santa Catarina. Enfim, a Casa se fez representar pelos seus mais ilustres membros.

Como eu estava dizendo, durante toda a vida pública, Vilson Kleinübing passou para os outros a mesma sensação. Quem não se lembra de sua garra na CPI dos Precatórios? A preocupação na averiguação da verdade e a preocupação com o endividamento público? As várias conversas que ele trocou com o Ministro Malan e com o Dr. Pedro Parente – assistidas muitas delas pelo Líder do Governo, Senador Elcio Álvares, de quem era Vice-Líder –, das quais desincumbiu-se com uma oratória fluente, culta, cheia de vida e com muita personalidade? Os debates na Comissão dos Precatórios, que foram muito pontificados pela sua preocupação em espelhar a veracidade, em defender o Erário? Isso também se fazia muito nítido nas participações de Vilson Kleinübing na Comissão de Assuntos Econômicos: esse cuidado e acendrado amor à causa pública, marca indelével de sua passagem no Senado Federal.

O Sr. Josaphat Marinho (PFL – BA) – Permite-me V. Ex^a um aparte? ~~OK~~

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Pois não. Ouço, com muito prazer, o aparte de V. Ex^a, nobre Senador.

O Sr. Josaphat Marinho (PFL – BA) – Nobre Senador Hugo Napoleão, Líder da nossa Bancada, evidentemente V. Ex^a fala em nome de todos nós.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Muito obrigado.

O Sr. Josaphat Marinho (PFL – BA) – E, quanto mim, a circunstância dispensa-me de falar. Quero apenas, com sua condescendência, deixar manifestado, por meio do seu discurso, o testemunho do meu respeito a Vilson Kleinübing, um homem de idéias que as defendia com destemor.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Acolho, com a reverência de sempre, a precisa intervenção de V. Ex^a, nobre Senador Josaphat Marinho.

Sr. Presidente, eu dizia que ele tinha sido Prefeito de Blumenau, Deputado Federal, Governador de Santa Catarina e Senador dos mais brilhantes. Realmente, quando Vilson ocupava a tribuna, tanto na forma quanto na substância, tanto na aparência quanto no fundo, ele vinha com todo aquele conhecimento, primeiro com um Português escorreito e, em segundo lugar, uma manifestação permanente de cultura e de humanismo.

Tudo aconteceu tão rápido, no curso da campanha eleitoral, de maneira tão fulminante que fico a pensar que doença terrível é essa, que vírus pouco inteligente, que mata para, em seguida, morrer. Há certos tipos de vírus que são mais – perdoem-me a irreverência – inteligentes, pois fazem um certo mal e continuam convivendo com o organismo humano. Esse não, esse é realmente tenebroso, mortífero e suicida.

É uma pena, porque vai-se uma das mais fulgurantes inteligências desta Casa e, por que não dizer, do Congresso Nacional. Quero, então, manifestar mais uma vez, em nome do meu Partido, o Partido da Frente Liberal, o sentimento de todos os Senadores componentes desta Bancada de levar à família enlutada, à sua digníssima esposa e a seus filhos o nosso abraço fraterno e sincero.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que Vilson Kleinübing, como diria Seneca, encontre na morte o porto tranquilo do eterno repouso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPIÑO (PFL – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, farei um pronunciamento que, honesta e sinceramente, gostaria de não fazer, que esperava não precisar fazer.

Olho à minha direita, para o fundo do plenário, e lembro-me dos cabelos grisalhos do meu amigo Vilson Kleinübing. Entre nós havia laços de companheirismo partidário, mas, acima de tudo, laços de amizade pessoal.

Na última sexta-feira, em torno do meio-dia, estava próximo a Mossoró, minha cidade, terra onde nasci, quando recebi a notícia por telefone do falecimento de Vilson Kleinübing. Lembrei-me da visita que fizemos, um ano antes, à minha terra: ele e sua esposa Vera, na companhia de seu amigo José Agripino e sua esposa, num encontro social de amigos que se gostavam e se respeitavam; amigos que se visitavam nos seus Estados, porque eu também estive com ele em Blumenau, em Florianópolis, em encontros sociais.

A perda de Vilson Kleinübing, a mim pessoalmente, traz tristeza profunda, porque eu o respeitava como companheiro de Partido, como líder de um Estado e como homem que tinha como marca de sua vida pública a probidade. Em nossas conversas íntimas de amigos, nós, que tínhamos tanta similitude – ele havia sido prefeito, assim como eu; governador, assim como eu; e era senador, assim como sou hoje –, trocávamos experiências de nossas vidas públicas. E lembro-me muito bem de episódios que ele me contou.

Vilson Kleinübing foi um homem que pautou sua vida pública pela probidade, competência e honestidade. Não negociava a defesa do interesse público na sua vida pública. Se estivesse em jogo, ele abriria mão da sua popularidade para não ter que abrir mão dos princípios que norteavam sua ação na defesa do interesse público. Ele zelava pelo bem público no plano municipal, estadual e nacional, como esta Casa é testemunha.

Lembro-me de uma conversa que tivemos em Blumenau, quando ele, com uma ponta de orgulho e vaidade – porque foi um homem vaidoso no trajar e no comportamento político, com todo merecimento –, dizia-me que, numa campanha eleitoral, empresários do seu Estado haviam-no procurado querendo contribuir para sua eleição, alegando que eram empresários que não dependiam de governo, para que ele não precisasse procurar alguém que, no futuro, viesse cobrar a retribuição que ele não desejava dar. Era a resposta dos seus conterrâneos ao zelo que ele ti-

nha pelo interesse público e coletivo, pelo interesse da maioria.

Esse exemplo diz tudo sobre Vilson Kleinübing, o amigo que perco e cuja falta esta Casa lamenta. E a Nação lamentará no futuro, porque ele foi um permanente defensor do futuro sustentado deste País em bases modernas.

Convivi com ele tanto tempo, em momentos difíceis como na CPI dos Precatórios, e posso dar este testemunho da perda pessoal, para o seu amigo, e da perda política, para o companheiro de Partido e para o seu Colega de Senado.

Não quero me alongar, porque, até em homenagem à sua palavra objetiva e curta, devo prestar apenas este testemunho. Não pude estar presente às suas exéquias, mas estarei presente, na próxima quinta-feira, às 19 horas, em Florianópolis, à missa de sétimo dia, para, ao lado de Vera, sua esposa, João Paulo, Eduardo e Diogo, seus filhos, levar a minha solidariedade de amigo pessoal e levar ao povo de Santa Catarina a minha homenagem de político, amigo e correligionário de Vilson Kleinübing.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador José Roberto Arruda: (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES (PTB – RO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, quero trazer, em meu nome pessoal e em nome do meu Partido, o Partido Trabalhista Brasileiro, solidariedade às homenagens aqui prestadas ao saudoso Senador Vilson Kleinübing, na oportunidade em que encaminho favoravelmente ao requerimento apresentado.

Muito já foi dito, nesta Casa, acerca da trajetória política e do caráter do homem público Vilson Kleinübing. Eu diria que ele aliava as qualidades de excelente administrador às de excelente parlamentar, tanto no exercício de funções no Poder Executivo, quanto no desempenho como Deputado Federal e Senador, sempre com a mesma bravura, o mesmo discernimento, com a mesma competência, com a mesma austeridade e com a mesma honestidade. Diria

Eu diria mais, e esse fato acaba de ser ressaltado pelo Senador José Agripino: ele, de certa maneira, se identificava com o parlamento moderno, com o político moderno, com o Brasil que caminha na direção de construir, mais cedo ou mais tarde – espero que o mais cedo possível – um País moderno. O Senador Vilson Kleinübing lutava pela redução do endividamento público e, portanto, pela modern-

ização da máquina estatal, que hoje está vivendo uma das suas piores crises.

Como eu disse, muito já foi dito, e tenho a absoluta certeza de que não vamos exaurir a identificação das qualidades do Senador Vilson Kleinübing, qualidades pessoais, morais e de homem público.

Eu o conheci Deputado Federal – eu já era Senador –, como um dos políticos emergentes do Estado de Santa Catarina, um dos políticos mais promissores daquele Estado. A partir daí, convivi com ele no PFL e, depois, esse convívio foi estreitado aqui, no Senado Federal. Sua atuação nesta Casa foi destacada exatamente pela maneira com que se comportou diante da discussão dos grandes problemas brasileiros, do maior problema nacional, que é o endividamento público.

Por isso, nesta tarde, trago a minha palavra de solidariedade à família, à sua esposa, aos seus filhos, porque tenho absoluta certeza de que o nosso País muito perdeu com o desaparecimento do Senador Vilson Kleinübing.

Espero que alguém nesta Casa possa substituí-lo nessa luta de contenção dos gastos, de fiscalização dos gastos públicos, de fiscalização do endividamento público, principalmente nesse momento em que o mundo todo está em crise e que o nosso País, sem fugir à regra, encontra-se em uma de suas piores crises.

Por isso, repito, deixo registrada a minha solidariedade à família, aos amigos, aos companheiros e, principalmente, ao povo de Santa Catarina, nesse momento de perda da grande figura pública que foi o Senador Vilson Kleinübing.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco – PSB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar o meu profundo sentimento com a morte do Senador Vilson Kleinübing e até mesmo a nossa surpresa. Apesar de sabermos da sua doença, víamos na atuação do Senador Vilson Kleinübing nesta Casa uma segurança, uma firmeza tão grande, uma tranquilidade tal que não imaginávamos que sua morte pudesse se dar em tão pouco tempo e ainda tão jovem.

O Senador Vilson Kleinübing era um desses políticos e, pela sua forma de conversar – não precisávamos saber da sua história, do seu passado, o que foi e o que deixou de ser –, percebíamos que era

um homem honesto, um homem íntegro, um homem sincero, um homem de boa índole.

Privei da sua amizade. Dos Senadores desta Casa, creio ter sido ele com quem mantive uma amizade maior. Era quem eu consultava quando tinha alguma dúvida. Um homem inteligente, um homem preparado, um homem que sabia argumentar, que defendia com tranquilidade as suas posições. Era um Senador do PFL e, apesar das divergências ideológicas, sabia expor seus pontos de vista. Não gostava de impor, mas de dialogar e de argumentar sobre as matérias que defendia. Muitas vezes, a gente acabava se convencendo pelas suas explicações.

Todas as dúvidas que eu tinha em relação aos projetos que se discutia na Comissão de Assuntos Econômicos eram tiradas com o Senador Vilson Kleinübing. Eu me sentava com ele e discutíamos os pontos em questão, quando eu tentava compreender o porquê de determinadas posições. Ele, calmamente, mostrava por que tinha aquele entendimento e por que o caminho deveria ser aquele. Até no momento em que os partidos de esquerda do Pará me lançaram como candidato a Governador, e eu precisava de experiência acerca de alguns itens no processo administrativo, foi com o Senador Vilson Kleinübing que me aconselhei.

Passávamos horas conversando sobre as dificuldades que ele teve na administração do Estado de Santa Catarina. Em relação a algumas idéias que eu tinha para serem implementadas no Governo; eu o consultava, pedia a sua opinião, e ele, com toda a paciência do mundo, orientava-me da forma que julgava correta.

Aproveitei muitos dos seus conselhos, evidentemente na forma do exercício da administração, não na forma das idéias, uma vez que pensávamos de forma diferente em vários campos, mas aprendi muito com ele, inclusive sobre outros temas. Sempre ligado à política, sempre extremamente ocupado, esquecemo-nos das nossas necessidades pessoais, da nossa saúde, da nossa família, às vezes. Também nesse aspecto, o Senador Vilson Kleinübing me alertou para a necessidade de cuidar um pouco mais de mim mesmo, de fazer exercícios físicos. Foi por seu intermédio que comecei a correr no Parque da Cidade. Ele me estimulou a fazer isso e me mostrou o quanto era importante e bom, contava os detalhes dos seus exercícios, o quanto eles haviam melhorado a sua maneira de ser, a sua maneira de pensar e de agir. Ele fazia exercícios constantemente.

As lembranças que tenho do Senador Vilson Kleinübing são as melhores possíveis, as melhores que se pode ter de um homem público.

Não conheço o seu passado, não sei como governou o Estado de Santa Catarina, nunca conversei para saber o que o povo pensava a seu respeito, mas tenho certeza de que ele era um desses políticos sérios, honestos, dedicados, que querem o bem do País e que lutam com muita firmeza por aquilo que desejam.

Sempre fiquei admirado com a sua firmeza. A doença o tirou desta Casa por algum tempo, mas ele voltou com toda a força. Da forma como conversava conosco, parecia que não existia esse perigo. Creio que o Senador Vilson Kleinübing lutou até o último instante, da mesma forma como o Senador Darcy Ribeiro, que, praticamente às vésperas do seu falecimento, se reuniu conosco neste Senado da República para apresentar o seu Projeto Caboclo, para desenvolver a nossa Região Amazônica. São homens que lutaram até o último instante, que não se deixaram vencer pela doença, pelo medo, pela morte. São homens que não acreditam na própria morte.

Sr. Presidente, em nome do meu Partido, o Partido Socialista Brasileiro, e em meu próprio, registro o meu profundo sentimento de dor. Sintô muita tristeza em perder o convívio desse homem público de tanto valor que foi o Senador Vilson Kleinübing. Manifesto à sua família, aos seus filhos, à sua esposa a nossa solidariedade, o nosso apreço ao nosso ex-Colega.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) — O Sr. Senador Sérgio Machado enviou discurso à Mesa para ser publicado, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB — CE) — Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, tomado ainda pelo profundo sentimento da consternação que sobre todos nós se abateu nesta última quinta-feira, com a pesadosa notícia do falecimento do Senador Vilson Kleinübing, falo hoje a esta Casa com o especial propósito de não apenas lastimar a perda de um de seus mais ilustres membros, tampouco de exaltar as raras virtudes que o tornaram alvo de nosso merecido respeito e sincera admiração.

Dirijo-me hoje a esta Casa, sobretudo para condolentemente compartilhar o inestimável legado que ele nos deixa, com seu exemplo de firmeza, de coragem, de integridade e obstinação, neste singular momento histórico em que o País transita rumo ao

amadurecimento de suas instituições, fruto de um novo contexto de valores, de uma nova ética, enfim, de uma nova forma de se fazer política.

O amigo e homem público de cuja convivência nos despedimos saudosos, deixa-nos com sua vida o exemplo prático deste novo paradigma de cidadania atenta e responsável; de indeclinável austeridade e intransigente fiscalização, na pertinaz defesa dos interesses da coletividade.

Sua passagem pelo Senado da República marcou-se pela incansável busca da seriedade e de claras regras de conduta no trato com as finanças públicas.

Tal se caracterizou não só por seu decisivo atuar na instalação e no desenvolvimento dos trabalhos da CPI dos Títulos Públicos, mas também pela constante procura por mecanismos e instrumentos capazes de romper o círculo vicioso do endividamento dos estados e municípios, exercendo neste âmbito, com excepcional desempenho, um ousado e persistente trabalho, notadamente na Comissão de Assuntos Econômicos.

Sem dúvida, foi um perspicaz e desenvolto pioneiro nesta obra agora inadiável que é a de pavimentar os caminhos da moralidade, sobre os quais o País inexoravelmente há de trilhar.

Reconhecido por todos como um engenhoso articulador, era não obstante um político de idéias firmes. Sempre inspirava confiança nos acordos que propunha, razão pela qual sua escolha como Vice-Líder do Governo agradou à própria oposição que nele identificou um hábil e coerente interlocutor.

Lutando tenazmente contra a doença há dois anos, demonstrava uma enorme vontade de viver. A eloquência de sua luta e devoção infundiu-se indelével no espírito de tantos quantos o conheceram.

Nascido em Montenegro, no Rio Grande do Sul, Vilson Pedro Kleinübing mudou-se ainda criança para a cidade de Videira, onde seu pai, Waldemar, se elegeu vereador para mais tarde tornar-se prefeito, pela antiga UDN.

Em 1960, com 16 anos, foi para Florianópolis, estudar o ginasial no Colégio Catarinense. Três anos depois cursava Engenharia Mecânica na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde se graduou em 1968.

Mais uma vez em Santa Catarina, Kleinübing fez sua pós-graduação na Universidade Federal, enquanto trabalhava como assistente da gerência da Ineal, uma empresa de arquitetura da qual saiu em 1970 para ingressar na Celesc — Centrais Elétricas de Santa Catarina, tendo conquistado, por concurso, uma vaga como Analista de Sistemas. Concomitan-

temente, foi professor titular de Processamento de Dados da Escola Superior de Administração e Gerência da Udesc, onde permaneceu até 1978.

Ainda na companhia energética, assumiu, em 1979, o cargo de Diretor de Distribuição, tendo-se tornado conhecido por administrar um programa de eletrificação rural destinado a 35 mil famílias.

Em 1982 elegeram-se Deputado Federal pelo PDS e na mesma legislatura foi nomeado Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado.

Já no PFL, foi eleito, em 1988, Prefeito de Blumenau, quebrando um monopólio de vinte anos do PMDB naquela cidade. Desencolmatizou-se quinze meses depois para concorrer ao Governo do Estado para o qual foi vitorioso com mais de 930 mil votos.

Importa lembrarmos que, em 1992, quando completou um ano de mandato, logrou reduzir o déficit público de Santa Catarina em nada menos que 400 por cento: de 160 para 40 bilhões na moeda de então, resultado de um austero ajuste nas contas do Estado.

Chegando ao Senado em 1995, logo destacou-se com sua habilidade, firmeza e perseverança, cativando-nos a todos que hoje nos enlutamos por sua prematura ausência, aos 54 anos de idade.

Sr. Presidente, ao encerrar este breve e singelo necrológio, desejo externar uma vez mais as minhas condolências à viúva, Sra. Maria Karam Kleinübing e a seus jovens filhos Paulo, Eduardo e Diogo, ao tempo em que reitero, perante este Plenário, a oportunidade de havermos tido o privilégio de conviver com esta figura humana que nos deixou como herança tão digno exemplo de vida.

Que este exemplo nos fortaleça e nos inspire a prosseguir sua caminhada.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— Srs. Senadores, quero informar a V. Ex^{as} que a Mesa, ouvidos o Presidente e os Secretários, à unanimidade, aprovou parecer oral do Senador Ronaldo Cunha Lima sobre a indicação do Senador Bernardo Cabral e Júlio Campos para que a sala de reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos seja denominada "Sala Senador Vilson Kleinübing".

Em votação o parecer.

Os Srs. Senadores, que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— Srs. Senadores, o número dos nossos Colegas que se manifestaram a respeito da perda do Senador Vilson

Kleinübing bem traduz a unanimidade do Senado Federal em relação a essa figura que pontificou nesta Casa e, em particular, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Costumo dizer que ao político é muito importante ser querido e respeitado, mas, se não for querido e respeitado simultaneamente, o principal é que seja respeitado, que tenha o respeito dos seus colegas, que tenha o respeito do seu Estado, que tenha o respeito da Nação brasileira. Assim era Vilson Kleinübing: ele tinha o respeito de todos nós. Por isso, mesmo quando divergia, todos sabiam que falava com sinceridade, com competência e, sobretudo, com espírito público. Poucas pessoas nos últimos anos pontificaram tanto na Comissão de Assuntos Econômicos como Vilson Kleinübing.

A sugestão dos Senadores Bernardo Cabral e Júlio Campos no sentido de dar à sala da Comissão de Assuntos Econômicos o nome de Vilson Kleinübing tem um significado muito maior do que a homenagem ao colega morto. Tem o significado de um exemplo que fica para os Senadores, atuais e futuros, de verem na sua figura um homem que se destacou pelo amor à causa pública, sobretudo em defesa dos assuntos econômicos, divergindo de todos, mas ficando com aquela posição que ditava a sua consciência e que, de modo geral, era a que mais interessava ao País.

Por tudo isso, quero, nesta hora, traduzir o que disse, sexta-feira passada, em Santa Catarina, não só ao seu novo Governador, Senador Espiridião Amin, mas também à família, esposa, mãe e filhos de Vilson Kleinübing: é grande a saudade que deixa entre nós e importante o exemplo de dignidade do parlamentar e do homem público.

Assim, o Senado, fazendo o que faz hoje, cumpre estritamente o seu dever com a sociedade brasileira e, mais do que isso, cumpre o seu dever com o povo deste País, que quer procedimentos sérios de seus representantes e que tinha em Vilson Kleinübing um símbolo da dignidade parlamentar.

Portanto, lá, diante dos seus parentes e do Governador eleito, eu disse o que tínhamos feito antes de sua morte e o que estamos dispostos a fazer, posteriormente — agora, portanto —, para que o nome dele cada vez se eleve mais e para que os brasileiros o tenham sempre como um grande exemplo.

Foi uma perda, sem dúvida, para a Comissão de Assuntos Econômicos, para o Senado, para Santa Catarina e para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— Em votação o requerimento de pesar.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— A Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando aos Srs. Senadores que constará da pauta da sessão deliberativa ordinária de amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

- 1 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 95, DE 1998

(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 95, de 1998 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 528, de 1998, Relator: Senador Osmar Dias, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy, Lauro Campos e José Eduardo Dutra), que aprova a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 1998.

- 2 -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 15, DE 1998 (Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 1998, tendo como primeiro signatário o Senador Esperidião Amin, que altera o inciso VII do art. 29 da Constituição Federal (total da despesa com o funcionamento do Poder Legislativo municipal), tendo

Parecer nº 473, de 1998-Plen, Relator: Senador Jefferson Peres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-Plen (substitutivo), que apresenta.

- 3 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 112, DE 1997 (Votação nominal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 112, de 1997 (nº 434/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Iguatemi FM Stéreo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável sob nº 398, de 1998, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

- 4 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 113, DE 1997 (Votação nominal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 1997 (nº 435/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Frei João Batista Vogel-O.F.M. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Catalão, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, sob nº 461, de 1998, da Comissão de Educação, Relator: Senador Iris Rezende.

- 5 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 121, DE 1997 (Votação nominal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 121, de 1997 (nº 459/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Cambará Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Cambará, Estado do Paraná, tendo

Parecer favorável, sob nº 486, de 1998, da Comissão de Educação, Relator: Senador Nabor Júnior.

- 6 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 82, DE 1996

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 1996 (nº 968/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a uniformização de preços de asfalto nos Municípios da Amazônia Legal e dá outras providências, tendo

Parecer favorável, sob nº 502, de 1998, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Carlos Bezerra, com abstenção do Senador José Eduardo Dutra.

- 7 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 1996

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 1996 (nº 1.667/96, na Casa de origem), que altera o art. 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os Registros Públicos e dá outras providências, tendo

Parecer favorável, sob nº 503, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eptácio Cafeteira.

- 8 -

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, DE 1991**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 5, de 1991 (nº 3.589/93, naquela Casa), de autoria do Senador Nelson Carneiro, que regulamenta a execução do disposto no art. 14, itens I, II e III da Constituição, tendo

Parecer favorável, sob nº 477, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Josaphat Marinho, com voto contrário do Senador Bello Parga e, em separado, do Senador Leonel Paiva.

- 9 -

PARECER Nº 512, DE 1998

(Escolha de Autoridade)

(Votação nominal)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 512, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romeu Tuma, sobre a Mensagem nº 223, de 1998, (nº 1.063/98, na origem), de 4 de setembro do corrente ano, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Leonaldo Silva, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, na vaga destinada a Ministro Classista Temporário, representante dos trabalhadores, para o triênio de 1998 a 2001, decorrente do término de sua investidura.

- 10 -

PARECER Nº 513, DE 1998

(Escolha de Autoridade)

(Votação nominal)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 513, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, sobre a Mensagem nº 224, de 1998 (nº 1.064/98, na origem), de 4 de setembro do corrente ano, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome da Senhora Maria de Fátima Montandon Gonçalves, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, na vaga destinada a Suplente de Ministro Classista Temporário, representante dos trabalhadores, para o triênio de 1998 a 2001.

- 11 -

PARECER Nº 514, DE 1998

(Escolha de Autoridade)

(Votação nominal)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 514, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Lúcio Alcântara, sobre a Mensagem nº 225, de 1998 (nº 1.065/98, na origem), de 4 de setembro do corrente ano, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, na vaga destinada a Ministro Classista Temporário, representante dos trabalhadores, para o triênio de 1998 a 2001, decorrente do término de sua investidura.

- 12 -

PARECER Nº 515, DE 1998

(Escolha de Autoridade)

(Votação nominal)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 515, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Ramez Tebet, sobre a Mensagem nº 226, de 1998 (nº 1.066/98, na origem), de 4 de setembro do corrente ano, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor José Alberto Rossi, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, na vaga destinada a Suplente de Ministro Classista Temporário, representante dos trabalhadores, para o triênio de 1998 a 2001.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 35 minutos.)

(OS 15712/98)

**AGENDA CUMPRIDA PELO
PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL
SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES**

27-10-98

Terça-feira

10h - Despacho Interno

15h30 - Sessão Especial do Senado Federal

PARECER Nº 528, DE 1998

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 236, de 1998 (nº 1.192/98, na origem), que "encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 1998".

RELATOR: Senador OSMAR DIAS

I – RELATÓRIO

1. O Presidente da República, mediante a Mensagem nº 236, de 1998, submete à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre do corrente exercício, com estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, análise da evolução da economia nacional prevista para o trimestre e justificativas pertinentes.

2. A iniciativa está de acordo com o que estabelece o § 1º do inciso II do art. 6º da Lei nº 9.069, de 20 de junho de 1995, segundo o qual a referida programação deverá ser submetida à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, uma vez aprovada pelo Conselho Monetário Nacional.

3. Cabe a esta Comissão, nos termos do § 2º do art. 6º da citada lei, emitir parecer sobre a Programação Monetária, de modo que o Congresso Nacional delibere sobre a matéria, aprovando-a ou rejeitando-a *in totum*, em vista da vedação de qualquer alteração, conforme estabelece o § 3º, do art. 6º da mesma lei.

II – SOBRE A PROGRAMAÇÃO MONETÁRIA

A programação dos principais agregados monetários para o 4º trimestre é a seguinte:

Quadro 1. Programação monetária para o quarto trimestre de 1998 (1)

Discriminação	Quarto trimestre	Variação percentual em 12 meses (2)
M1 (3)	45,0-52,8	7,2
Base restrita (3)	34,6-40,7	16,6
Base ampliada (4)	347,7-408,2	35,0
M4 (4)	435,1-510,7	20,4

FONTE: Banco Central do Brasil

(1) Refere-se ao último mês do período.

(2) Para ao cálculo da variação percentual considera-se o ponto médio das previsões

(3) Média dos saldos nos dias úteis do mês.

(4) Saldos em fim de período.

Quadro 2. Evolução dos agregados monetários^{1/}

Discriminação	1997		1998			
	Ano		Bimestre julho-agosto 1998		Quarto-trimestre 1998^{2/}	
	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões^{3/}	Var. % em 12 meses
M1 ^{4/}	45,6	57,4	43,4	14,5	48,9	7,2
Base restrita ^{4/}	32,3	60,6	33,9	35,8	37,7	16,6
Base Ampliada	280,1	52,2	341,5	60,9	378,0	35,0
M4 ^{5/}	392,8	21,9	439,2	20,9	472,9	20,4

FONTE: Banco Central do Brasil

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Projeção.

3/ Ponto médio das previsões.

4/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

5/ Saldos em fins de período.

Prevê, assim, com as variações estimadas dos agregados monetários para o quarto trimestre de 1998, uma expansão nominal da oferta de moeda. Com efeito, está programada uma expansão de 7,2 % dos meios de pagamentos (M1) nos meses de outubro, novembro e dezembro deste ano, em relação a igual período de 1997. Nos meses referidos, o comportamento

projetado para a base monetária restrita é da ordem de 16,6%. Assim, a partir do comportamento previsto para as demandas por meios de pagamentos (M1) e por papel-moeda, espera-se que, ao final do ano, a base monetária atinja o montante de R\$ 37,7 bilhões, e o total de meios de pagamentos, R\$ 48,9 bilhões.

Para a base monetária ampliada - uma medida da dívida pública interna federal em moeda e em títulos - projeta-se uma variação em 12 meses de 35,0%, até dezembro deste ano, tendo como principal fator expansionista o impacto dos juros sobre a dívida mobiliária federal e as operações de reestruturação das dívidas estaduais. Assim, ao final do ano, a base ampliada poderá atingir a cifra máxima de R\$ 408,2 bilhões.

Consistente com os padrões de comportamento esperado dos referidos agregados, estimou-se o crescimento de 20,4% para o M4, também em base anual. Como se sabe, esse indicador expressa as variações da oferta de moeda, em seu conceito mais amplo e abrangente de liquidez na economia.

Além dos fatores acima mencionados, as autoridades monetárias tomaram por base, na elaboração dessas projeções, as taxas de juros internas, cenário provável de comportamento da inflação, do PIB, bem como a contenção da demanda agregada causada pelos juros altos e ainda presentes no nível de atividade econômica e os efeitos contracionistas, enfim, da política monetária gradualista sobre a demanda por moeda. São considerados nas projeções, também, os impactos monetários decorrentes das operações do Tesouro Nacional, das intervenções do Banco Central no mercado de câmbio e no sistema financeiro, além do impacto da antes mencionada reestruturação das dívidas estaduais.

A programação contempla, além das metas indicativas da evolução dos principais agregados monetários, um sumário sobre a evolução de alguns indicadores macroeconômicos brasileiros, a política monetária no período janeiro-agosto de 1998, assim como as perspectivas das autoridades monetárias para o 4º trimestre deste ano.

a) indicadores de desempenho da economia nacional

O Produto Interno Bruto cresceu 3% em 1997, tendo o crescimento industrial atingido 5,5%, o setor serviços, 1,3% e a agropecuária, 1,2%. No setor industrial, destacou-se o desempenho da construção civil e da extração mineral, com crescimento de 8,5% e 7,3%, respectivamente.

Todavia, os dados do setor industrial, com os quais as autoridades monetárias elaboraram a programação, não são favoráveis. Embora tenha

havido um crescimento industrial de 2,1% no segundo trimestre deste ano, sobretudo pelo desempenho positivo do setor de bens de capital (4,7%), no acumulado do ano, a indústria registrou queda de 0,4%, com crescimento de 5,9% na produção de bens de capitais e quedas de 4,2% na de bens de consumo e de 19,3% no setor de duráveis. No setor automobilístico, a produção caiu 23,9% no bimestre julho/agosto, em relação a igual período do ano anterior. Para se ter uma idéia, a redução da produção nesse setor atingiu 17,1% nos primeiros oito meses deste ano, com queda de 23,7% nas vendas internas, embora as vendas externas tenham crescido 11,2%.

Na área comercial, registra-se queda de 8,7%, até julho, no comércio varejista da Grande São Paulo, amenizado pelo crescimento do comércio atacadista no país, que registrou incremento de 5,9% no período. Ou seja, esse desempenho comercial explica, em parte, o fraco desempenho do desempenho do setor produtor de bens de consumo.

Em suma, como decorrência das medidas contracionistas adotadas a partir de fins de 1997, sobretudo pela elevação brutal das taxas de juros, as expectativas de crescimento do PIB, em 1998, que segundo as autoridades monetárias, era de 2% no ano, podem estar comprometidas. O quadro acima, embora ainda registre desempenho positivo do setor de bens de capital, sinaliza a possibilidade de estagnação.

As constatações feitas nesta Comissão, quando do exame das Programações Monetárias para o 2º e 3º trimestres passados, não sofreram alterações, ou seja: os dados de produção industrial e de consumo configuram a desaceleração na expansão da economia, que teve início no terceiro trimestre de 1997. A redução no ritmo de crescimento decorreu, sobretudo, da acomodação da produção industrial, em um primeiro momento, em face da globalização e em decorrência das medidas governamentais adotadas contra os efeitos perversos da crise asiática sobre a economia brasileira. Com efeito, a produção na indústria de transformação, que em 1997 cresceu apenas 3,9%, já registrava redução em suas atividades no último bimestre do ano passado, com crescimento de apenas 2,3%. Não há registro de mudanças substantivas desde então, salvo pelo desempenho, já citado, do setor de bens de capital, com crescimento de 5,9% entre janeiro e agosto do corrente ano, por um lado, e de aumento de 11,2% nas vendas externas do setor automobilístico.

Por outro lado, a taxa de inflação mantém a tendência declinante, caracterizando o sucesso da estabilização monetária dos últimos anos. Assim, nos oito primeiros meses de 1998, a variação acumulada do IGP-M alcançou 0,95% e a do IPC-Fipe, 0,61%. Em 12 meses, esses índices registraram, respectivamente, inflação de 3,45% e 0,73%. Vale lembrar que em dezembro

de 1997, esses mesmos indicadores apresentaram taxas de inflação de 7,74% e 4,82%.

O quadro de desemprego, especialmente nas áreas urbanas e industriais, em função do processo de reestruturação da atividade produtiva e da desaceleração econômica acima citadas, continua sendo uma das graves conseqüências deste momento econômico brasileiro. Com efeito, os dados do próprio Ministério do Trabalho demonstram que, desde 1997, o nível de emprego formal do País vem sendo reduzido. Em janeiro deste ano, houve uma diminuição de 5,2% no emprego industrial em São Paulo, em relação a dezembro de 1997. Em maio passado, reduziu-se 0,36%, em relação ao mês anterior. Em relação a abril de 1997, o emprego formal no País contraiu 0,91%, enquanto o emprego industrial contraiu-se 5,24%.

Ora, nos sete primeiros meses deste ano, a taxa média de desemprego alcançou 7,2%, com incremento de 2 pontos percentuais em relação a igual período de 1997. As próprias autoridades monetárias reconhecem que esse problema decorre "tanto da queda no número de ocupações quanto da elevação do número de desempregados." e é "explicado pelo menor ritmo de crescimento da atividade econômica e pelo processo de reestruturação dos setores produtivos, especial da indústria." (cf. fls. 6, item 5).

Esse fenômeno já fora relatado anteriormente nesta Comissão, a propósito das discussões sobre a programação monetária trimestral, lembrando que, já em outubro de 1997, o nível de emprego na indústria paulista sinalizava para o agravamento da questão do desemprego, registrando a taxa de 2,7% abaixo do nível verificado em dezembro de 1996, enquanto que, em julho, esse mesmo indicador era de 1,8%. Persiste o fato de que o setor mais dinâmico na economia gera menos oportunidade de trabalho, refletindo o ajuste estrutural por que passa a indústria brasileira, em face das exigências da globalização. Por outro lado, deve-se adicionar os efeitos do menor ritmo das atividades econômicas em decorrência das medidas restritivas adotadas pelo governo, a partir de fins de outubro de 1997, como respostas à crise asiática e à propagação desta à economia mundial.

No primeiro semestre deste ano, o déficit fiscal acumulado totalizou R\$ 3,2 bilhões, com receitas de R\$ 68,8 bilhões e despesas de R\$ 72 bilhões. Registre-se que, entre o primeiro semestre de 1997 e o primeiro deste ano, houve um incremento real de 19,8% nas receitas (resultado associado à concessão de telefonia celular, banda B; ao aumento do imposto de renda e à mudança na sistemática de arrecadação fiscal sobre os fundos de renda fixa, em janeiro). As despesas reais cresceram, no entanto, 19,4% no período,

“devido, em grande medida, ao aumento dos encargos da dívida mobiliária federal.” Assim, não obstante o superávit primário de 0,1% do governo federal e déficit de apenas 0,2% do PIB dos governos regionais, o déficit nominal do setor público – como um todo – atingiu 7,3% do PIB. Ou seja, os juros nominais alcançaram 7,4% do PIB no primeiro semestre, reforçando o dado perverso de março/98, quando atingira 5,7% do produto interno.

Portanto, conforme já relatado nesta Comissão, esses dados demonstram que a tendência declinante do déficit fiscal, que se observava a partir de 1996, sofreu uma forte reversão. Em consequência, não obstante os recursos da privatização e do aumento substancial de receitas reais, houve um correspondente aumento nas necessidades de financiamento do setor público (NFSP). Está claro, portanto, que o crescimento do déficit e do endividamento público, em vista do ajuste fiscal não-financeiro e dos recursos das privatizações, revelam o impacto da elevação dos juros nos gastos públicos com os chamados encargos financeiros.

O subsequente aumento da dívida pública, em um ambiente de PIB deprimido, elevou a relação Dívida Líquida da faixa estável de 35% para 38,1%%, sendo 35,9% a interna e 2,2% a externa. A União responde por 21,7% desse endividamento, os Estados e municípios por 13% e as estatais, por 1,2%. Esse aumento da dívida pública, mais uma vez, está enraizado na questão dos juros, porquanto o endividamento interno elevou-se de 30,2% do PIB, em dezembro de 1997, para 33,5% em março, enquanto a dívida externa líquida, no mesmo período, reduziu-se de 4,3% do Produto Interno para 2,4%.

Na área externa, o déficit em transações correntes totalizou, no primeiro semestre de 1998, US\$ 16 bilhões, ou seja, inferior ao de igual período de 1997, que atingira US\$ 18 bilhões. Isso decorre de melhora nos resultados comerciais, porquanto o déficit em serviços permaneceu no nível precedente. As exportações totalizaram US\$ 30,9 bilhões – com crescimento de 3% em relação ao primeiro semestre do ano passado, enquanto as importações alcançaram US\$ 33,3 bilhões, com declínio de 3,4%. Todavia, os dados do bimestre julho-agosto/98 em relação a 1997, demonstram queda nas vendas e compras externas, respectivamente, de 13,2%% e 11,5%.

A conta de serviços apresentou déficit de US\$ 14,9 bilhões no primeiro semestre de 1998, no mesmo nível do obtido no primeiro semestre de 1997. Contudo, houve uma redução de 26,2% nas despesas com serviços, em decorrência de menores pagamentos de juros e de redução nas remessas de lucros e dividendos.

No período janeiro-julho o fluxo líquido de capitais apresentou o seguinte quadro: US\$ 9,5 bilhões destinados ao mercado de capitais, com

crescimento de 34,6% em relação a igual período do ano passado; US\$ 11,1 bilhões de investimentos diretos, com expansão anual de 25,2%, sendo que 26,1% dos investimentos brutos (ou US\$ 3,2 bilhões) foram ingressos relacionados com o programa de privatização e US\$ 20,5 bilhões correspondentes a captações líquidas de empréstimos em moeda, destacando-se a colocação de papéis (Notes). Com esse desempenho, foi possível manter a desvalorização da moeda dentro da banda cambial – entre 4,2 e 4,5% – e chegar, em fins de julho, com reservas internacionais no total de US\$ 70,2 bilhões.

As contas externas, no agregado, apresentam tendência cadente dos déficits, em função da redução da demanda por importações e do acréscimo do valor exportado. Importa ressaltar que os déficits têm sido financiados mediante o ingresso de capitais estrangeiros, tanto sob a forma de aplicações no mercado de capitais, como sob a forma de investimentos diretos e de empréstimos em moeda. Assim, o expressivo afluxo de capitais iniciado em janeiro passado permitiu o financiamento dos déficits correntes, assim como a manutenção de nossas reservas internacionais na casa dos US\$ 70 bilhões.

b) política monetária no bimestre julho-agosto de 1998:

Os dados demonstram que a execução da política monetária, até agosto, situou-se dentro dos limites superiores da programação do terceiro trimestre, conforme aprovado anteriormente (vide Quadro 2, fls. 12 da Mensagem).

Em passado recente, as taxas básicas de juros (TBC e TBAN efetivas) foram elevadas bruscamente em função da crise asiática sobre o mercado de câmbio brasileiro. Assim, após o aumento das referidas taxas para 3,05% e 3,23% a.m., respectivamente, em fins de outubro de 1997, as autoridades monetárias iniciaram, em dezembro passado, a redução gradual das taxas de juros, quando as respectivas taxas foram rebaixadas para 2,9% e 3,15% a.m..

Como demonstra o quadro abaixo, essa trajetória declinante prevaleceu até o início de setembro, com as chamadas taxas básicas - TBAN e TBC - fixadas, respectivamente, em 29,755%aa e 19%aa. Porém, em função do alargamento e aprofundamento da crise asiática, especialmente em relação à economia russa e demais países emergentes, o Banco Central elevou bruscamente a taxa TBAN (taxa de juros incidente sobre as linhas de assistência financeira de liquidez) para 49,75%. A elevação das taxas básicas.

juntamente com a reversão das condições de liquidez no mercado interbancário, provocaram o aumento das taxas de juros praticadas no mercado à vista no mês de setembro.”.

EVOLUÇÃO DAS TAXAS BÁSICAS DE JUROS

Período	TBC (% aa)	TBAN (% aa)
maio	22,72	33,3
junho	21,00	28,00
julho	20,89	27,8
agosto	19,75	25,75
setembro	19,00	29,75 49,75*

*taxa fixada em reunião extraordinária do Copom, de 10.09.98

Portanto, em vista da fuga de capitais decorrente da crise financeira internacional, sobretudo a partir do final de agosto passado, a trajetória de redução gradual das taxas de juros domésticas foi interrompida pelo Banco Central, exatamente para preservar a estabilidade da moeda, e portanto, dos preços no país.

c) perspectivas para o 4º trimestre de 1998

As autoridades monetárias reconhecem que a evolução da economia brasileira neste último trimestre do ano dependerá dos desdobramentos da crise financeira internacional. “Essa restrição, na medida em que não constitui prerrogativa apenas dos países emergentes, deverá redesenhar o cenário econômico mundial de curto prazo, em decorrência das alterações nas condições de financiamento externo.”. Assim, além da elevação preventiva da taxa de juros, foram adotadas outras medidas complementares para manter atrativa a permanência do capital estrangeiro no país, entre as quais a redução de alíquotas do Imposto de Renda em Fundos de Renda Fixa-Capital Estrangeiro e em operações de conversão de crédito externo em investimento direto no País.

Como consequência, no que diz respeito ao PIB, o quadro é de arrefecimento das atividades, especialmente na indústria de transformação e no comércio. Espera-se, porém, a continuidade do desempenho dos setores ligados à extração mineral, da construção civil e das comunicações. Em

contrapartida, espera-se que a trajetória decrescente do nível de preços será mantida, fechando o ano com variação dos índices de preços em torno de 3%.

Na área externa, as autoridades contam com a expectativa de ingresso de capitais estrangeiros da ordem de US\$ 22 bilhões em 1988, melhorando, assim, o perfil de financiamento dos déficits do Balanço de Pagamentos. Ademais, a disposição de governos e de organismos internacionais em adotar ações coordenadas favorece a superação da atual instabilidade financeira internacional. Internamente, além das medidas monetárias, o governo vem promovendo o ajuste fiscal, especialmente com cortes de dispêndios e criação de mecanismos de controle de gastos, a exemplo da criação da Comissão de Controle e Gestão Fiscal (CCF), assim como o prosseguimento do processo de privatizações, cujos recursos "permanecem sendo direcionados para o abatimento da dívida pública."

III - SOBRE O MÉRITO

O Poder Executivo cumpre a formalidade requerida pela Lei nº 9.069/95, artigo 6º, incisos I e II, ao submeter a Programação Monetária para o quarto trimestre de 1998 à apreciação desta Comissão.

Quanto ao mérito da matéria, cabe destacar preliminarmente que as faixas de variação dos principais agregados monetários continuam centradas no objetivo de assegurar a estabilidade da moeda, especialmente nesse quadro de instabilidade financeira internacional. As autoridades monetárias reconhecem que, em função disso, deve-se esperar o arrefecimento do nível de atividade, notadamente nos segmentos da indústria de transformação e do comércio, mas com a continuidade do desempenho favorável da indústria extrativa mineral, da construção civil e das comunicações.

Com efeito, as projeções são elaboradas a partir de estimativas de demanda por moeda, tendo como referências os saldos existentes nos trimestres anteriores e o cenário provável para inflação, PIB, taxa de juros, assim como os resultados da política fiscal (operações do Tesouro Nacional) e das transações comerciais e financeiras com o resto do mundo (intervensões do Banco Central no mercado de câmbio e no sistema financeiro). Nessa programação foram contemplados, também, os impactos monetários decorrentes da reestruturação das dívidas estaduais.

Tomando-se os pontos médios previstos para os meios de pagamentos e para o indicador abrangente de liquidez na economia - o chamado M4 - a oferta de moeda poderá ter uma expansão de até 7,2% e

20,4%, respectivamente, no ano de 1998. Dentro desse limite é possível haver uma política monetária levemente expansionista e, assim, retomar a trajetória declinante das taxas de juros, considerando-se as atuais taxas de inflação e a expectativa de crescimento econômico anual de 2%, em 1998. Ou seja, no quadro atual, dependendo da evolução da conjuntura econômico-financeira internacional, a política monetária - nos termos da programação proposta - poderá ser utilizada como instrumento de política econômica voltado, também, para a reaceleração no ritmo das atividades econômicas.

Como discutido anteriormente nessa Comissão, é preciso ter em mente que as autoridades monetárias operam instrumentos de política econômica condicionados, simultaneamente, a variáveis endógenas e exógenas. Na plano interno, apesar das medidas de curto prazo já adotadas pelo governo, o fato é que, do ponto de vista estrutural, as mudanças somente surtirão os efeitos esperados após a aprovação e implementação das reformas constitucionais em curso, especialmente na área fiscal. Ou seja, dependerá sobretudo do novo pacto federativo e da inevitável reestruturação tributária. No plano externo, tudo vai depender da evolução da crise financeira internacional, que já transcende a Ásia, das medidas a serem coordenadas pelos governos dos países ricos e organismos multilaterais e, por fim, da reacomodação dos movimentos de capitais pelo globo.

Evidentemente, as autoridades conhecem bem essas conexões em uma economia aberta e moderna e demonstram responsabilidade na programação ora submetida ao Congresso Nacional, porquanto têm o dever de preservar o valor da moeda, defender o País de eventuais ataques especulativos internacionais e viabilizar, sob a ótica da moeda, o crescimento econômico nacional.

Por fim, vale lembrar que há, no Brasil, possibilidades objetivas para a manutenção da trajetória de crescimento econômico com estabilidade, conforme demonstrado nesses anos de execução do Plano Real. Todavia, o País continuará dependendo de capitais externos para o financiamento adequado dos seus déficits em transações correntes até que as reformas internas permitam elevar a sua taxa de poupança doméstica. A presente programação contempla esses condicionantes macroeconômicos, com intervalos de variação dos agregados que possam permitir, em caso de reversão do quadro de crise internacional, a continuidade da política monetária gradualista adotada pelo atual Governo.

IV – VOTO DO RELATOR

Concluimos o nosso Voto pela aprovação da Programação Monetária, anexa à Mensagem Presidencial n.º 236, de 1998, nos termos do seguinte Projeto de Decreto Legislativo a ser submetido ao Congresso Nacional, conforme § 2º do art. 6º da Lei n.º 9.069, de 29 de junho de 1995:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 95, DE 1998

*Aprova a "Programação Monetária
relativa ao quarto trimestre de 1998."*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 1998, com estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, nos termos da Mensagem Presidencial n.º 236, de 1998:

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão 27 de outubro de 1998

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 236/98, DE 1998**

**ASSINARAM O PARECER EM 27 DE OUTUBRO DE 1998, OS
SENHORES SENADORES:**

**Pedro Piva, Presidente – Djalma Bessa, Relator – Francelino Pereira – Bello Parga –
Jefferson Peres – Elcio Álvares – Eduardo Suplicy (vencido) – Lauro Campos
(vencido) – José Eduardo Dutra – Gerson Camata – João Rocha – Carlos Bezerra
– José Fogaça – Esperidião Amim.**

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

LEI N. 9.069 – DE 29 DE JUNHO DE 1995

Dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**Do Sistema Monetário Nacional**

Art. 6º O Presidente do Banco Central do Brasil submeterá ao Conselho Monetário Nacional no início de cada trimestre, programação monetária para o trimestre, da qual constarão, no mínimo:

I – estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários compatíveis com o objetivo de assegurar a estabilidade da moeda; e

II – análise da evolução da economia nacional prevista para o trimestre, e justificativa da programação monetária.

§ 1º Após aprovação do Conselho Monetário Nacional, a programação monetária será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

§ 2º O Congresso Nacional poderá, com base em parecer da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, rejeitar a programação monetária a que se refere o “caput” deste artigo, mediante decreto legislativo, no prazo de dez dias a contar do seu recebimento.

§ 3º O decreto legislativo referido no parágrafo anterior limitar-se-á à aprovação ou rejeição “in totum” da programação monetária, vedada a introdução de qualquer alteração.

§ 4º Decorrido o prazo a que se refere o § 2º deste artigo, sem apreciação da matéria pelo Plenário do Congresso Nacional, a programação monetária será considerada aprovada.

§ 5º Rejeitada a programação monetária, nova programação deverá ser encaminhada, nos termos deste artigo, no prazo de dez dias, a contar da data de rejeição.

§ 6º Caso o Congresso Nacional não aprove a programação monetária até o final do primeiro mês do trimestre a que se destina, fica o Banco Central do Brasil autorizado a executá-la até sua aprovação.

A matéria constará da pauta da sessão deliberativa ordinária de 28-10-98, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno, quando poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Publique-se
em 27.10.98
Raimundo Carreira

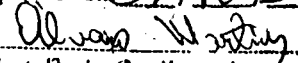
**Ata da 11ª Reunião da Mesa do Senado Federal,
realizada em 27 de outubro de 1998.**

Aos vinte e sete dias do mês de outubro de um mil, novecentos e noventa e oito, às dezesseis horas, durante a apreciação, em Plenário, do Requerimento nº 512, de 1998, de homenagem de pesar pelo falecimento do Senador Vilson Kleinübing os Senhores Senadores Bernardo Cabral e Júlio Campos encaminharam à Mesa a Indicação nº 02 de 1998, no sentido de dar a denominação de Senador Vilson Kleinübing à Sala de Reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos. Em decorrência dessa Indicação, o senhor Presidente convoca os Senhores Senadores Ronaldo Cunha Lima, 1º Secretário; Carlos Patrocínio, 2º Secretário; Flaviano Melo, 3º Secretário; e Lucídio Portella, 4º Secretário, para tomar seus assentos à Mesa, a fim de ser apreciada a Indicação. O Senhor Presidente designa para Relator da matéria o Senhor 1º Secretário, informando que o Parecer do Relator será submetido ao Plenário ainda nesta mesma Sessão. O Senhor Relator emite Parecer oral favorável à Indicação. Posto em votação, é o Parecer aprovado por unanimidade dos membros da Mesa, presentes. Em seguida, o Senhor Presidente determina que eu, *Raimundo Carreira* (Raimundo Carreira Silva), Secretário-Geral da Mesa, lavre a presente Ata, para os devidos fins.

Plenário, em 27 de outubro de 1998.

Antônio Carlos Magalhães
Senador **Antônio Carlos Magalhães**
Presidente

Publique-se em 27/10/98


José Paulo Botelho Cobucci
p/ Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES**ATOS DO DIRETOR-GERAL****ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.818, DE 1998**

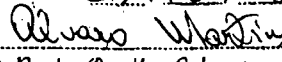
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

Dispensar a servidora **KATIA LEITE DE CASTRO MERHEB**, matrícula **3218**, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo **FC05**, de **SECRETÁRIA DE GABINETE**, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e designá-la para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo **FC06**, de **ASSISTENTE EDITORIAL-GRÁFICO**, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de **18 de setembro de 1998**.

Brasília, 27 de outubro de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

Publique-se em 27/10/98


José Paulo Botelho Cobucci
p/ Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.819, DE 1998**

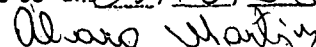
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

Dispensar a servidora **ROSELENE FONTENELE REIS**, matrícula 3063, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo **FC06**, de **ASSISTENTE EDITORIAL-GRÁFICO**, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com efeitos financeiros a partir de 18 de setembro de 1998.

Brasília, 27 de Outubro de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

Publique-se em 27/10/98



José Paulo Botelho Cebucci

Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL **Nº 1.820, DE 1998**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997,

RESOLVE dispensar o servidor **ANDRÉ FERREIRA DA SILVA**, matrícula 1372, da Função Comissionada de **Assistente Administrativo**, Símbolo **FC-5**, da Subsecretaria de Apoio Técnico, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e designá-lo para exercer a função Comissionada de **Assistente Editorial-Gráfico**, Símbolo **FC-6**, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com efeitos financeiros a partir de 18 de setembro de 1998.

Senado Federal, 27 de Outubro de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

Publique-se em 27/10/98

José Paulo Botelho Cobucci

pp/ Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.821, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

Dispensar a servidora **MARA RÚBIA ARAÚJO OLIVEIRA**, matrícula 4013, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC04, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO**, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e designá-la para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC05, de **SECRETÁRIA DE GABINETE**, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 18 de setembro de 1998.

Brasília, 27 de outubro de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

Publique-se em 27/10/98

José Paulo Botelho Cobucci

pp/ Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.822, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997,

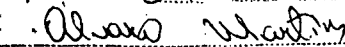
RESOLVE dispensar o servidor **CECÍLIO MEDEIROS DE SOUSA**, matrícula 2293, da Função Comissionada de **Assistente de Controle de**

Informação, Símbolo **FC-4**, da Subsecretaria de Apoio Técnico, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e designá-lo para exercer a função Comissionada de **Assistente Administrativo**, Símbolo **FC-5**, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 18 de setembro de 1998.

Senado Federal, 27 de Outubro de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

Publique-se em 27/10/98


José Paulo Botelho Cobucci

91 Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPEs

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.823, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997,

RESOLVE dispensar a servidora **ANA CECÍLIA GOMES MESQUITA DE BARROS**, matrícula **3330**, da Função Comissionada de **Assistente Técnico**, Símbolo **FC-6**, da Subsecretaria de Administração, Suprimento de Matérias-Primas e Desenvolvimento Tecnológico, com efeitos financeiros a partir de 1º de setembro de 1998.

Senado Federal, 27 de Outubro de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

Publique-se em 27/10/98

Alvaro Martins
José Paulo Botelho Cobucci
p/ Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.824, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

Designar o servidor **MOACYR SOARES**, matrícula 3790-SEEP, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC05, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, do Serviço de Impressão de Publicações Oficiais, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo **segundo turno** de trabalho, com efeitos financeiros a partir de 19 de outubro de 1998.

Brasília, 27 de Outubro de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

Publique-se em 27/10/98

Alvaro Martins
José Paulo Botelho Cobucci
p/ Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.825, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

Dispensar o servidor **ANTONIO AURIVALDO ARRAIS**, matrícula 2224, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC04, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO**, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e designá-lo para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC05, de **SECRETÁRIO DE GABINETE**, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 18 de setembro de 1998.

Brasília, 27 de Outubro de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

Publique-se em 27/10/98



José Paulo Botelho Cobucci

Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPER

ATO DO DIRETOR-GERAL **Nº 1.826, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

Dispensar o servidor **CALEB DA CONCEIÇÃO MARTINS**, matrícula 3882, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC04 de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO**, do Serviço de Controle de Qualidade, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e designá-lo para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo FC05, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, do Serviço de Manutenção Industrial, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo quarto turno, com efeitos financeiros a partir de 19 de outubro de 1998.

Brasília, 27 de Outubro de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

Publique-se em 27/10/98

Alvaro Martins

José Paulo Botelho Cobucci

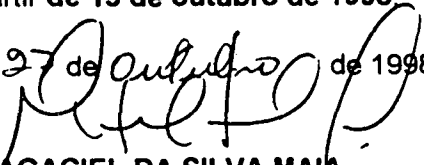
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.827, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

Dispensar o servidor SEVERINO BELO DA SILVA, matrícula 3660, da FUNÇÃO COMISSIONADA, Símbolo FC03, de AUXILIAR DE CONTROLE DE PRODUÇÃO, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e designá-lo para exercer a FUNÇÃO COMISSIONADA, Símbolo FC04, de ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 13 de outubro de 1998.

Brasília, 27 de outubro de 1998.


**AGACIEL DA SILVA MAIA,
DIRETOR-GERAL**

Publique-se em 27/10/98

Alvaro Martins

José Paulo Botelho Cobucci

Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.828, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

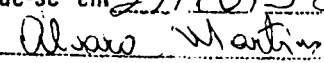
Dispensar o servidor CICERO VIANA DA SILVA, matrícula 2244 da FUNÇÃO COMISSIONADA, Símbolo FC03 de AUXILIAR DE CONTROLE DE PRODUÇÃO, do Serviço de Impressão Ofsete, da Subsecretaria

Industrial, e designá-lo para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo **FC05**, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, do Serviço de Manutenção Industrial, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo **quarto turno**, com efeitos financeiros a partir de **19 de outubro de 1998**.

Brasília, 27 de Outubro de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

Publique-se em 27/10/98



José Paulo Botelho Cobucci

91 Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL **Nº 1.829, DE 1998**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso das competências regulamentares e de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar a servidora MARIA OLDÊMIA ANDRADE LOBO FILHA, matrícula **2941**, da **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo **FC04**, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO**, do Serviço de Apoio Administrativo e Registros Funcionais, da Subsecretaria de Administração, Suprimento de Matérias-Primas e Desenvolvimento Tecnológico, e designá-la para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo **FC06**, de **ASSISTENTE TÉCNICO**, da Subsecretaria de Administração, Suprimento de Matérias-Primas e Desenvolvimento Tecnológico, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com efeitos financeiros a partir de **01 de outubro de 1998**.

Brasília, 27 de Outubro de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

Publique-se em 27/10/98

Alvaro Martins

José Paulo Botelho Cebucci

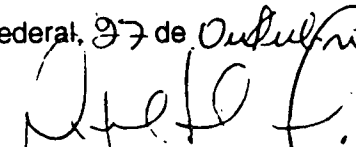
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPEF

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.830, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997,

RESOLVE dispensar a servidora **LÊNIA NOGUEIRA DE AZEVEDO MAIA PACHECO**, matrícula **3212**, da função Comissionada de Assistente Editorial-Gráfico, Símbolo FC-6, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com efeitos financeiros a partir de 18 de setembro de 1998.

Senado Federal, 27 de Outubro de 1998.



AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

Publique-se em 27/10/98

Alvaro Martins

José Paulo Botelho Cebucci

Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPEF

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.831, DE 1998**

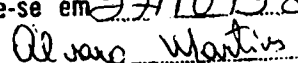
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997,

RESOLVE dispensar a servidora **EDNALVA HONDA XAVIER**, matrícula **3298**, da Função Comissionada de Secretária de Gabinete, Símbolo FC-5, da Subsecretaria de Apoio Técnico, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e designá-la para exercer a função Comissionada de

Assistente de Técnico, Símbolo FC-6, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 18 de setembro de 1998.

Senado Federal, 27 de outubro de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

Publique-se em 27/10/98

José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.832, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores PAULO ROBERTO ALMEIDA CAMPOS, matrícula nº 1767, e CARLOS HENRIQUE MATOS CLAUDIO, matrícula nº 4624, como gestor titular e substituto, respectivamente, da carta-contrato nº 031/98, celebrado entre o Senado Federal e CLAG - TREINAMENTO & CONSULTORIA LTDA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de outubro de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 27/10/98

Alvaro Martins

José Paulo Botelho Cobucci

PI Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPEB

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.833, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o Art. 19, parágrafo único, do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 1997, **R E S O L V E**

Art. 1º - Designar os gestores do contrato, titular e substituto, celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES** e a empresa abaixo relacionada:

TSI Sistemas Industriais S.A. - Contrato de execução de obras e serviços de engenharia para ampliação do estacionamento externo da SEEP - (Processo nº 158/98-4 e convite nº 21/98) - Titular: **LÊNIA NOGUEIRA DE A. M. PACHECO**, matrícula 3212; Substituto: **MÁRIO HERMES STANZIONA VIGGIANO**, matrícula 3862.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília-DF, 27 de outubro de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

Publique-se em 27/10/98

Alvaro Martins

José Paulo Botelho Cobucci

PI Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPEB

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.834, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores, RAIMUNDO PONTES CUNHA NETO, matrícula nº 3292, e VIRGÍNIA INÊS ABADIO POMPEU, matrícula nº 3917, como gestor titular e substituto, respectivamente, do contrato nº 094/98, celebrado entre o Senado Federal e JOSÉ ANTÔNIO GIUSTI TAVARES.

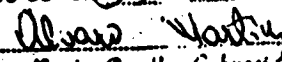
Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de Outubro de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 27/10/98


José Paulo Botelho Cebucci
Chefe de Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.835, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores, RAIMUNDO PONTES CUNHA NETO, matrícula nº 3292, e VIRGÍNIA INÊS ABADIO POMPEU, matrícula nº 3917, como gestor titular e substituto,

respectivamente, do contrato nº 096/98, celebrado entre o Senado Federal e GUIMARÃES EDITORES, LIMITADA.

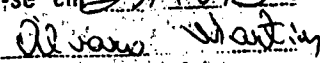
Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 27 de outubro de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 27/10/98


José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.836, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 013725/98-0,

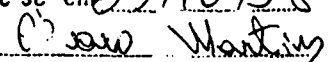
RESOLVE dispensar o servidor **MILTON ANTONIO DA SILVA**, matrícula 2858, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete do Senador José Alves, e designá-lo para exercer a Função

Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do Gabinete do Senador José Eduardo, com efeitos financeiros a partir de 20 de outubro de 1998.

Senado Federal, 27 de Outubro de 1998


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 27/10/98


José Paulo Botelho Cobucci

Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.837, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 012988/98-7,

RESOLVE dispensar o servidor ISMAIL DE SOUZA CARVALHO NETO, matrícula 4991, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Telefonia, da Função Comissionada de Assistente de Atividade Eletrônica, Símbolo FC-04, da Coordenação Técnica de Eletrônica, com efeitos financeiros a partir de 06 de outubro de 1998, e lotá-lo na Coordenação de Telecomunicações a partir da mesma data.

Senado Federal, 27 de Outubro de 1998


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 27/10/98

Alvaro Martins

José Paulo Botelho Cobucci

p/ Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

Ato nº 765/97, do Sr. Diretor-Geral, que aposentou o servidor PAULO ROBERTO VIEIRA XAVIER.

APOSTILA

Fica alterada a fundamentação legal do presente Ato para incluir o art. 3º da Resolução SF nº 74, de 1994.

Senado Federal, em 27 de Outubro de 1998


Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral

Publique-se em 27/10/98

Alvaro Martins

p/ José Paulo Botelho Cobucci

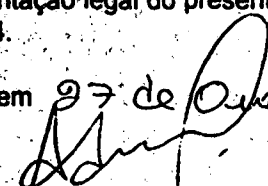
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

Ato nº 2330/97, do Sr. Diretor-Geral, que aposentou o servidor LEONÉSIO FERNANDO VIEIRA XAVIER.

APOSTILA

Fica alterada a fundamentação legal do presente Ato para incluir o art. 3º, da Resolução SF nº 74, de 1994.

Senado Federal, em 27 de Outubro de 1998


Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19-4-95)

Presidente: Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE

(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

PFL

1. Elcio Alvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas (1)
4. José Alves

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

PSDB

1. Lucio Alcântara
2. (Vago)

PPB (Ex-PPR + Ex-PP)

1. Eptacio Cafeteira
2. Osmar Dias

PTB

1. Emilia Fernandes

PP

1. Osmar Dias

PT

1. Marina Silva

PDT

1. (Vago)

Suplentes

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

1. (Vago)
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

1. Jefferson Péres
2. José Ignácio Ferreira

1. Lucídio Portella

1. Arlindo Porto

1. Antonio Carlos Valadares

1. Lauro Campos

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

(Atualizado em 13-4-98)

(1) Posse como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7-4-98

**SECRETARIA -GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)
ELIZABETH GIL BARBOSA VIANA (Ramal: 4792)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
CAE - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
CAS - RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
- VERA LÚCIA BATISTA SILVA (Ramal: 7285)
CCJ - VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)
CRE - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)

COMISSÕES PERMANENTES

(ARTº 72 - RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG -2411/12	1-ROMERO JUCA	RR-2111/12
VILSON KLEINÜBING (1)	SC	2-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/62
GILBERTO MIRANDA	AM -3104/05	3-JOSÉ BIANCO	RO2231/32
BELLO PARGA	MA -3069/70	4-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/31
LEONEL PAIVA	DF- 1248	5-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JONAS PINHEIRO	MT - 2271/72	6-FRANCISCO BENJAMIN	BA-3173/74
JÓAO ROCHA	TO -4071/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
ZANETE CARDINAL	MT - 4064/65	8-DJALMA BESSA	BA- 2211/12
PMDB			
GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-JADER BARBALHO	PA-3041/43
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
JOSÉ SAAD	GO-3149/50	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
PSDB			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
SÉRGIO MACHADO	CE- 2281-82	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
PEDRO PIVA	SP- 2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-VAGO	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3213/15	1-ANTONIO CARLOS VALADARES	SE-2201/02
		- PSB	
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
PPB			
ESPERIDIAO AMIN	SC-4200/06	1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/19	VAGO	

(1) Falecido, em 23.10.98

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255

FAX: 311-4344

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3ªs feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 27/10/98.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
(29 TITULARES E 29 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA (3)	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-EDISON LOBÃO	MA-2311/15
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/35
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-VAGO	
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
LEONEL PAIVA	DF-1046/1146	6-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	7-ROMEU TUMA	SP-2051/57
DJALMA BESSA	BA - 2211/12	8-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
ZANETE CARDINAL	MT-4064/65	9-VAGO	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2- PEDRO SIMON	RS- 3230/31
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/4078	3- JOSÉ SAAD	GO-3149/50
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
MAURO MIRANDA	GO-2091/92	5-DJALMA FALCÃO	AL-2261/62
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	7-VAGO	
IRIS REZENDE	GO-2032/33	8-VAGO	
PSDB			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-BENI VERAS	CE-1149
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SERGIO MACHADO	CE-2281/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-VAGO (2)	
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
PPB			
ERNANDES AMORIM	RO-2051/57	1-EPITACIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/3219	1-ARLINDO PORTO	MG- 2321/22

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Em virtude da renúncia do Senador Coutinho Jorge.

(3) Licenças nos termos do art. 56, II, § 1º, da Constituição Federal.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) **SALA Nº 09-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ **TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359**
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4608/3515 **FAX: 311-3652**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
 Horário regimental: 4ªs feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 19/10/98

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL****VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET****(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)****TITULARES****SUPLENTEs**

PFL			
GUILHERME PALMEIRA (1)	AL-3245/47	1-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/15	2-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-DJALMA BESSA	BA - 2211/12
FRANCISCO BENJAMIM	BA-3173/74	6-BELLO PARGA	MA-3069/72
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104

PMDB			
JADER BARBALHO	PA-3051/53	1-VAGO	
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
DJALMA FALCÃO	AL-2261/62	6-GILVAM BORGES	AP-2151/52

PSDB			
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-SERGIO MACHADO	CE-2284/87
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24	4-PEDRO PIVA	SP-2351/52
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
BENI VERAS	CE-3242/43	3-OSMAR DIAS	PR-2124/25

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
ANTONIO C. VALADARES- PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87

PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPITACIO CAFETEIRA	MA- 4073/74	2- LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74

PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/3219	1-ARLINDO PORTO	MG- 2321/22

(1) Licenças nos termos do art. 56, II, § 1º, da Constituição Federal.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS
SECRETÁRIO: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612**SALA Nº 03-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311-4315**Atualizada em: 19/10/98**

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR JOEL DE HOLLANDA
(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
DJALMA BESSA	BA - 2211/12	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87	2-VILSON KLEINÜBING (5)	SC
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	3-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32	4- FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
ROMEU TUMA	SP-2050/57	7-WALDECK ORNELAS (2)	BA
EDISON LOBÃO	MA-2311/46	8-VAGO	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-JOSÉ SAAD	GO-3149/50
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
JOSÉ SARNEY (4)	AP-3429/31	5-DJALMA FALCÃO	AL-2261/62
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68	6-IRIS REZENDE	GO-2032/33
VAGO		7-VAGO	
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
VAGO (3)		2-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
SERGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94	4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
BENI VERAS	CE-3242/43	5-PEDRO PIVA	SP-2351/52
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/72
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2242/44
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30	4-VAGO	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIAO AMIN	SC-1123/1223
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/19	1-VAGO	

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social.

(3) Em virtude da renúncia do Senador Coutinho Jorge.

(4) Licença para tratar de interesses particulares.

(5) Falecido, em 23.10.98

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 5ª feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 27/10/98

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY (3)
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA
(19 TITULARES E 19 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA (2)	AL-3245/47	1- VAGO	
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-VILSON KLEINÜBING (4)	SC
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99	6- JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
PMDB			
JOSÉ SARNEY (3)	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
PEDRO SIMON	RS-3230/31	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
JADER BARBALHO	PA-3051/53	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
VAGO (1)		5-IRIS REZENDE	GO-2032/33
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82
PPB			
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
PTB			
ARLINDO PORTO	MG- 2321/22	1-ODACIR SOARES	RO-3218/19

(1) Em virtude do falecimento do titular, em 13.04.98

(2) Licenças nos termos do art. 56, II, § 1º, da Constituição Federal.

(3) Licença para tratar de interesses particulares.

(4) Falecido, em 23.10.98

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367

FAX: 311-3546

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 5ªs feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 27/10/98

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**PRESIDENTE: SENADOR ELÓI PORTELA****VICE-PRESIDENTE: VAGO****(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)**

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	1- FRANCISCO BENJAMIN	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINÜBING (6)	SC	3- GUILHERME PALMEIRA (4)	AL-3245/3247
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/3132	4- WALDECK ORNELAS (1)	BA
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199	5- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
HUGO NAPOLEÃO	PI - 4478/4479	6-ROMEU TUMA	SP-2051/57
ELÓI PORTELA (cessão)	PI - 2131/37	7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
PMDB			
NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/92	2-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
IRIS REZENDE	GO-2032/33	4- VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	5-JOSÉ SARNEY (5)	AP-2351/52
RENAN CALHEIROS (2)	AL	6- VAGO	
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2-VAGO (3)	
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
PEDRO PIVA	SP- 2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/2397	1-VAGO	SP-3212/15
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/07	2-EDUARDO SUPLYCY (PT)	DF-2341/47
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3- LAURO CAMPOS (PT)	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57	2- EPITACIO CAFETEIRA	MA- 4073/74
PTB			
ÓDÁCIR SOARES	RO-3218/19	1-ARLINDO PORTO	MG - 2321/22

(1) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social.

(2) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado da Justiça.

(3) Em virtude da renúncia do Senador Coutinho Jorge.

(4) Licenças nos termos do art. 56, II, § 1º, da Constituição Federal.

(5) Licença para tratar de interesses particulares.

(6) Falecido, em 23.10.98

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)**SECRETÁRIO: CELSO PARENTE****TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/4607****SALA Nº 13-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA****TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3292 (FAX)****FAX: 311-3286****(*)** Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3ªs feiras às 14:00 hs.

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

(Resolução nº 46, de 1993)

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA**VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON**

(17 TITULARES E 09 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
FRANCISCO BENJAMIN	BA-3173/74	1-VILSON KLEINÜBING (4)	SC
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
ZANETE CARDINAL	MT-4064/65	3-DJALMA BESSA	BA - 2211/12
JOÃO ROCHA	TO-4070//71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		
PMDB			
JOSÉ SAAD	GO-3149/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68
DJALMA FALCÃO	AL-2261/62		
VAGO (2)			
VAGO			
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-VAGO (3)	
PEDRO PIVA	SP-2351/52		
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3215/16	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77
VAGO			
PPB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/55
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/3219	ARLINDO PORTO	MG - 2321/22

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Em virtude do falecimento do titular, em 13.04.98

(3) Em virtude da renúncia do Senador Coutinho Jorge.

(4) Falecido, em 23.10.98

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 17:00 HS (*) SALA Nº 06-ALA SEN: NILO COELHO**SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254****TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Atualizada em: 27/10/98

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC
SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA
PRIVADA (FUNDOS DE PENSÃO), QUE TENHAM COMO PATROCINADOR A UNIÃO E O
SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL
PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ ALVES
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
(07 TITULARES E 04 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	1-VILSON KLEINÜBING (4)	SC
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- DJALMA BESSA	BA-2211/12
PMDB			
JOSÉ SAAD		1-JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68
VAGO (2)			
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-VAGO (3)	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3215/16		
PPB + PTB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/55

- (1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.
(2) Em virtude do falecimento do titular, 13.04.98.
(3) Em virtude da renúncia do Senador Coutinho Jorge.
(4) Falecido, em 23.10.98

REUNIÕES: SALA Nº 06-ALA SEN. NILO COELHO
SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060

ANDAMENTO

EM 10.9.97 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR GILBERTO MIRANDA

Atualizada em: 27/10/98

7.2) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC
SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAR OS RECURSOS FEDERAIS REPASSADOS AO
GOVERNO DE RONDÔNIA
PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
(07 TITULARES E 04 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
		PFL	
ZANÊTE CARDINAL	MT-4064/65	1-VILSON KLEINÜBING (2)	SC
GILBERTO MIRANDA	AM-3104-05	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
		PMDB	
JOSÉ SAAD	GO-3148/50	2-JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
NEY SUASSUNA	PB-4345/46		
		PSDB	
BENI VERAS	CE-3242/43	2 - VAGO (1)	
		BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)	
EDUARDO SUPPLY-PT	SP-3215/16		
		PPB + PTB	
ERNADES AMORIM	RO-2251/55		

(1) Em virtude da renúncia do Senador Coutinho Jorge.

(2) Falecido, em 23.10.98

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO

SALA Nº 06 - telefone: 311-3254

ATUALIZADA EM: 27/10/98

ANDAMENTO

EM 29.04.98 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR COUTINHO JORGE

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
 (Representação Brasileira)

Presidente de Honra: Senador José Sarney

PRESIDENTE: SENADOR LÚDIO COELHO
 VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO JÚLIO REDECKER
 SECRETÁRIO-GERAL: DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN
 SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO: DEPUTADO GERMANO RIGOTTO
 (16 TITULARES E 16 SUPLENTEs)

TITULARES	SUPLENTEs
SENADORES	
PMDB	
1 - JOSÉ FOGAÇA	1 - PEDRO SIMON
2 - CASILDO MALDANER	2 - ROBERTO REQUIÃO
PFL	
1 - VILSON KLEINÜBING	1 - JOEL DE HOLLANDA
2 - DJALMA BESSA	2 - JÚLIO CAMPOS
PSDB	
1 - LÚDIO COELHO	1 - JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA
PPB	
1 - LEVY DIAS	1 - ESPERIDIÃO AMIN
PTB	
1 - JOSÉ EDUARDO	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT / PSB / PDT / PPS)	
1 - BENEDITA DA SILVA	1 - EMÍLIA FERNANDES

TITULARES	SUPLENTEs
DEPUTADOS	
PFL / PTB	
1 - PAULO BORNHAUSEN	1 - VALDOMIRO MEGER
2 - JOSÉ CARLOS ALELUIA	2 - BENITO GAMA
PMDB	
1 - EDISON ANDRINO	1 - CONFÚCIO MOURA
2 - GERMANO RIGOTTO	2 - ROBSON TUMA
PSDB	
1 - FRANCO MONTORO	1 - NELSON MARCHEZAN
2 - CELSO RUSSOMANO	2 - RENATO JOHNSON
PPB	
1 - JÚLIO REDECKER	1 - ESPERIDIÃO AMIN
PT / PDT / PC do B	
1 - MIGUEL ROSSETO	1 - LUIZ MAINARDI

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900

FONE: (55) (061) 318-7436 318-7186 318-8232 318-7433

FAX: (55) (061) 318-2154

SECRETÁRIA: LOURDES MELO NUNES DE CARVALHO

Atualizada em 5-5-97

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386-2 PAB SEEP, conta nº 920001-2, Banco do Brasil, Agência 0452-9 Central, conta nº 55560204-4** ou recibo de depósito via FAX (061) 2245450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC. 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3812 e (061) 311-3803, Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.

SENADO
FEDERAL



SECRETARIA
ESPECIAL
DE EDITORAÇÃO
E PUBLICAÇÕES

EDIÇÃO DE HOJE: 64 PÁGINAS